

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE HISTÓRIA

WESLEY SANTANA CARVALHO

ENTRE O GADO E O ENGENHO:
economia nas fazendas São Bartholomeu e Tabúa (1797-1807)

ERECHIM

2025

WESLEY SANTANA CARVALHO

ENTRE O GADO E O ENGENHO:

economia nas fazendas de São Bartholomeu e Tabúa (1797-1807)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciado em história.

Orientador: Prof. Dr. Allan Kardec da Silva Pereira

ERECHIM
2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Carvalho, Wesley Santana

ENTRE O GADO E O ENGENHO: economia nas fazendas São
Bartholomeu e Tabúa (1797-1807) / Wesley Santana
Carvalho. -- 2025.

72 f.:il.

Orientador: Doutor Allan Kardec da Silva Pereira Trabalho de
Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em
História, Erechim,RS, 2025.

1. Escravidão. 2. Minas Gerais. 3. Rio Pardo. 4. Sertão.
I. Pereira, Allan Kardec da Silva , orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.


WESLEY SANTANA CARVALHO

**ENTRE O GADO E O ENGENHO:
ECONOMIAS NAS FAZENDAS SÃO BARTHOLOMEU E TABÚA (1797-1807)**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 04/12/2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ALLAN KARDEC DA SILVA PEREIRA**
Data: 06/01/2026 13:04:20-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Allan Kardec da Silva Pereira – UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **GERSON WASEN FRAGA**
Data: 06/02/2026 13:29:23-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga – UFFS
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA**
Data: 04/02/2026 14:51:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Rodrigues de Souza – UFPR
Avaliador

Para quem morreu há pouco

Carmelita Carvalho dos Santos (*In memoriam*)

Itamar Carvalho dos Santos (*In memoriam*)

À minha família, à todo o sertão mineiro e seu povo sertanejo.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento vai à minha mãe, Valdilena, e ao meu pai, Sizemar. Não poderiam ser outros, senão esse casal que nunca mediu esforços para que eu estivesse aqui, afinal, se hoje sou o que sou, muito devo a eles. Sou infinitamente agradecido por ter vocês em minha vida. Amo vocês.

Aos meus irmãos, Wandeson e Suellen, que, mesmo a mais de dois mil quilômetros de distância, me envolveram com amor por meio das conversas online, fazendo dessa etapa de minha vida mais leve e carinhosa. Amo vocês.

Aos meus avós maternos, vó Maria e vô Juraci. Obrigado sempre pelos enormes áudios enviados, possibilitando eu matar a saudade de ouvir a voz de vocês dois. Obrigado por sempre cuidarem de mim. Amo vocês.

À minha vó Ana, que cuidou de mim até não conseguir mais. Obrigado por, sempre que eu e pai passávamos por sua casa, antes de descer para a piscina, a senhora colocava em um prato um pedaço de carne com farinha de mandioca para nós. Te amo.

Ao meu vô Gentil, que nunca conheci, mas sempre que olho o seu retrato em foto, eu dou um sorriso e penso comigo mesmo o quanto gostaria de ter conhecido. Espero um dia te conhecer.

À minha namorada, Kaylani, a qual eu agradeço por ter me salvado quando mais eu precisei aqui em Erechim. Com certeza você foi a melhor coisa que me aconteceu nessa minha vida. Obrigado por sempre estar ao meu lado. Te amo.

Aos meus amigos que a vida me deu, em especial a William, Avelar, Ygor, Vini, Victor Antenor, Victor Hugo, Jullya, Alanne... e por aí vai. Meus mais sinceros obrigado!!

Aos meus amigos que a universidade me deu, em especial a Pedro, Roger, Eduardo, Eduarda, Luis Miguel, Erick, Maria Eduarda, Lohana, Luana, Marcio, João, Daniel, Matheus... e por aí vai. Obrigado por dividirem essa etapa da vida comigo.

Aos meus professores, em especial a Fraga, Renan, Allan, Severo, Paulo, Murillo, Daniela e Halferd... Obrigado pelos ensinamentos e boas conversas ao longo desses anos!!

Ao meu orientador, Allan, com muito carinho. Muito obrigado por acreditar em mim e na minha escrita. Obrigado por me deixar seguir meus caminhos. Obrigado pelas boas conversas pelos bares de Erechim, sempre acompanhadas de boas risadas e cervejas.

À Elizabeth, chamada por mim, com muito carinho, de Bethinha. Muito obrigado por ter “batido o pé” para orientar pai a me deixar sair de Montezuma e vim estudar aqui em

Erechim, no Rio Grande do Sul.

Por fim, dirijo meu agradecimento ao sertão mineiro e seu povo sertanejo!!

O homem é aquilo que faz com que a sociedade exista (Fanon, 2023, p. 25).

RESUMO

A presente monografia pretende realizar uma análise econômica de duas fazendas de gado vacum e cavalares, a saber, a fazenda São Bartholomeu e a fazenda Tabúa, pertencentes, à época, ao Ajudante José Ferreira da Costa (?-1806), localizadas na freguesia do arraial de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, termo da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, na comarca de Serro Frio. O recorte temporal privilegiado aqui recai sobre a década final do século XVIII e a década inicial do século XIX, especificamente no período de 1797-1807. Trata-se, portanto, de um estudo localizado no sertão do Rio Pardo, na capitania de Minas Gerais, na América Portuguesa. Diante disso, em um primeiro momento, analisei a dinâmica social e cultural gestada no sertão da capitania de Minas Gerais, investigando como o espaço em questão foi recorrentemente visto como incivilizado, em contrapartida ao litoral e aos espaços urbanizados, no século XVIII. Em um segundo momento, volto-me ao meu caso particular, com o objetivo de refletir sobre a colonização e a povoação do sertão do Rio Pardo e do arraial que se desenvolveu nas imediações desse curso d'água. Após isso, realizei um esforço de mapeamento das origens de ambas as fazendas aqui trabalhadas, buscando demonstrar sua relevância, bem como analisar como se deu a dinâmica econômica nos sertões da América Portuguesa e, finalmente, averiguar a economia que preponderou nas fazendas São Bartholomeu e Tabúa. Ademais, no que tange à análise da economia dessas unidades produtivas, além do que se criava e produzia, volto-me à escravaria do Ajudante José Ferreira da Costa, com vistas a dimensionar os significados dos valores atribuídos aos escravizados na avaliação de seu inventário *post-mortem*, uma das principais fontes consultadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Palavras-chave: escravidão; Minas Gerais; Rio Pardo; sertão

ABSTRACT

This monograph aims to carry out an economic analysis of two cattle and horse farms, namely the São Bartholomeu farm and the Tabúa farm, which belonged, at the time, to Assistant José Ferreira da Costa (?-1806). These properties were located in the parish of the village of Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, within the jurisdiction of the town of Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, in the district of Serro Frio. The privileged time frame covers the final decade of the eighteenth century and the initial decade of the nineteenth century, specifically the period from 1797 to 1807. Therefore, this study is situated in the backlands of Rio Pardo, in the captaincy of Minas Gerais, in Portuguese America. Given this, in the first stage, I analyzed the social and cultural dynamics developed in the backlands of the captaincy of Minas Gerais, investigating how this space was commonly perceived as uncivilized, in contrast to the coast and urbanized areas, during the eighteenth century. In the second stage, I turn to my specific case, seeking to reflect on the colonization and settlement of the backlands of Rio Pardo and the village that developed in its vicinity. After that, I undertook an effort to map the origins of both farms discussed here, aiming to demonstrate their relevance, as well as to analyze how economic dynamics unfolded in the backlands of Portuguese America and, finally, to ascertain the economy that prevailed on the São Bartholomeu and Tabúa farms. Furthermore, regarding the analysis of the farms' economy, in addition to what was raised and produced, I turn to the enslaved people of Assistant José Ferreira da Costa, seeking to assess the significance of the values attributed to enslaved individuals in the assessment of his post-mortem inventory, one of the main sources consulted for this research.

Keywords: slavery; Minas Gerais; Rio Pardo; backlands.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Atual território de Rio Pardo de Minas, localizado no norte mineiro.	30
Figura 2 - Expedição de Francisco Espinosa-Navarro	31
Figura 3 - Estudo de dois Botocudos	34
Figura 4 - Embate entre colonizadores e indígenas	35
Figura 5 - Mapa dos caminhos do sertão da América portuguesa (início do século XVIII) identifica-se o caminho de João Gonçalves do Prado no centro do mapa. Seta vermelha indicando a fazenda Tabúa	38
Figura 6 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025	41
Figura 7 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.	41
Figura 8 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.	42
Figura 9 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.	42
Figura 10 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.	43
Figura 11 - Senzala da fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.	43
Figura 12 - Senzala da fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.	44
Figura 13 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.	44
Figura 14 - Ruínas da fazenda Tabúa, Montezuma-MG, janeiro de 2025.	45
Figura 15 - Trecho da Carta Geographica da capitania de Minas Geraes, e partes confinantes, 1767. Segue ordem que se encontra no caminho do meio: Curralinho, Tabúa, São Bartholomeu, São Romão e Rio Pardo.	47
Figura 16 - Trecho de mapa desenhado por Joaquim José da Rocha a pedido do Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Antônio de Noronha, 1º Conde de Linhares.	48

TABELAS

Tabela 1 - Composição da população do Piauí segundo a cor-etnia 1697-1772	51
Tabela 2 - Composição da população das fazendas do Piauí seg° a cor (1762)	51
Tabela 3 - Bens móveis do Ajudante José Ferreira da Costa (1807)	58
Tabela 4 - Identidade étnica da escravaria do Ajudante José Ferreira da Costa	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRPM – Comarca de Rio Pardo de Minas

TJMG – Tribunal Judicial do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2: O SERTÃO DE MINAS	19
2.1 SERTÃO: ESPAÇO IGNOTO	19
CAPÍTULO 3: O SERTÃO DO RIO PARDO: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA FAZENDA SÃO BARTHOLOMEU E FAZENDA TABÚA (1797-1807)	30
3.1 SERTÃO DO RIO PARDO	30
3.2 FAZENDA SÃO BARTHOLOMEU E FAZENDA TABÚA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS	36
3.3 DONO DE TERRAS EM UM SERTÃO QUE PEGA FOGO	48
3.3.1 Breve consideração da dinâmica econômica dos sertões	48
3.3.2 Ajudante José Ferreira da Costa e os “Ferreira da Costa”	52
3.3.3 Sobre números que dizem muito: a escravaria de José Ferreira da Costa	60
CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIA	69

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Início esta pesquisa explanando um aspecto do ofício do(s) historiador(es), em que muitas vezes se mostram ocultados e, talvez, muitos leitores que irão ler seus produtos finais, não imaginam este processo: a transcrição do documento. O(a) historiador(a) ao acessar as fontes a qual utilizará para organização de sua narrativa histórica, muitas vezes depara-se com documentações escritas à mão - quanto mais recuado no tempo, com mais facilidade encontra-se nos documentos as caligrafias de milhares de sujeitos do passado -, portanto, se encontra na “obrigatoriedade” de transcrevê-los para melhor facilitação da (re)leitura e organização ao passo que, sempre que necessário, revisitar o mesmo. É uma etapa cansativa pela qual o(a) historiador(a) perpassa diante do processo de realizar o empreendimento de um trabalho historiográfico. Ora, de antemão, já admito com sinceridade que não sei se todos os historiadores e historiadoras que trabalham com arquivos recuados no tempo e realizam o árduo trabalho da transcrição: fui incentivado a realizá-lo, tal como afirmo que foi uma ótima experiência no sentido de aprimoramento da prática de leituras de documentos.

Aos leitores deste estudo - eu espero - conto como foi o meu processo de transcrição, pela primeira vez, das documentações que utilizei para engendrar meu trabalho historiográfico. Aqui, já muito bem evidente, falo do meu particular. Como foi, para mim, acessar e transcrever documentos que, devido ao seu tipo, inevitavelmente eu iria me deparar com evidências e ausências nas páginas já bem castigadas pela força do tempo.

Confesso que não me recordo com precisão da data de quando tive o privilégio de acessar a documentação, a saber, um inventário *post-mortem* e um testamento, pela primeira vez. Eu estava muito ansioso: são documentos sobre minha região, mais especificamente sobre a localidade que hoje compreende o território do município onde morei grande parte de minha vida, o município de Montezuma, no extremo norte de Minas Gerais.

A localidade que me propus a pesquisar - o sertão do Rio Pardo - não possui, na historiografia brasileira, uma produção ampla dedicada a essa região, na qual, até onde tenho conhecimento, os trabalhos de maiores fôlegos a respeito trata-se da dissertação de mestrado e a tese de doutorado da professora Chaves (2004; 2012), a monumental obra, compilada em quatro volumes, *Efemérides Riopardenses*, de Ângelis (1998) e a *Chorographia do município do Rio Pardo*, do Coronel Neves (1908).

Os referidos documentos, o inventário *post-mortem* e o testamento, são a respeito do Ajudante José Ferreira da Costa, rico proprietário de terras e escravizados, patriarca de uma família poderosa no Norte de Minas Gerais, especificamente onde era compreendido o sertão

do Rio Pardo no século XVIII e XIX. Mesmo após sua morte, em 1806, sua família dominou a política local por muito tempo, visto isso os “Ferreira da Costa” tornaram-se uma das famílias de maior prestígio nessas paragens do norte mineiro. O intervalo entre a feitura do testamento, em 1797, e do inventário *post-mortem*, em 1807 é de dez anos: esse foi o tempo até o momento de seu falecimento, ocorrido em 1806, ficando somente seus espólios, os quais foram divididos entre os legítimos herdeiros.

Obtive o acesso a esses documentos de modo digitalizado, o que “facilitou” a tarefa da transcrição, afinal, eu teria a minha disponibilidade a qualquer momento do meu dia. Nunca tinha acessado-os, seria minha primeira experiência. Minha primeira experiência se resumia a abrir o documento e não compreender quase nada da caligrafia do escrivão de órfãos, no inventário *post-mortem* e do tabelião, no testamento. Não obstante a caligrafia de difícil compreensão, muitas daquelas folhas muito amarelas nem tinha como tirar proveito, pois estava faltando partes.

Obviamente eu tinha consciência do desafio metodológico que eu assumia ao querer trabalhar com essa documentação. Fui insistente. Insistir tanto que, ao passar de algum tempo, fui compreendendo melhor algumas palavras e conseguindo compreender algumas frases: fui me adaptando com a caligrafia, bem como o vocabulário da época. Já no começo do documento, foi aparecendo os nomes dos “Ferreira da Costa”: Ajudante José Ferreira da Costa; Isabel Maria do Rosário, sua esposa; o Alferes Bernardo José Ferreira, o primogênito do casal; Desidério Ferreira da Costa; Luzia Antunes de Sousa; o Reverendo Bernardino Ferreira da Costa etc. Enfim, toda essa exposição tem por objetivo evidenciar ao leitor que, diante diversos obstáculos, fui feliz na escrita deste trabalho.

O presente trabalho centrou-se em analisar a economia em duas fazendas de criação de gado, Tabúa e São Bartholomeu, localizadas na freguesia do arraial de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, no termo da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, da comarca de Serro Frio, nos anos finais do século XVIII e começo do século XIX, especificamente no período de 1797-1807. Ambas fazendas, à época, encontravam-se sob a propriedade do Ajudante José Ferreira da Costa (? - 1806).

Nesse sentido, as fazendas encontravam-se, no período colonial, no sertão do Rio Pardo, na região norte da capitania. A expansão, colonização e povoamento no território norte mineiro é marcado predominantemente pela economia do gado e o cultivo de algumas culturas. O professor Alysson Luiz Freitas de Jesus afirma que já “no século XVII, portanto, a região inicia sua formação econômica baseada na criação de gado, associando a pecuária a uma agricultura de subsistência voltada para a complementação da dieta alimentar dos

habitantes” (Jesus, 2006, p. 250). E, assim, permaneceria pelos séculos seguintes, essa base econômica baseada na forte presença da criação e comércio do gado, bem como uma prática da agricultura voltada para a subsistência e comércio para o mercado interno.

No que concerne à ocupação do território de Rio Pardo de Minas, no contexto colonial, Antônio Luís dos Passos é o nome creditado pela ocupação, na data de 1689. Segundo consta afirmações do Cônego Newton de Ângelis (1998), em sua magistral obra *Efemérides Riopardenses*, Antonio Luís dos Passos foi um dos 19 companheiros de luta do sertanista Matias Cardoso e seu cunhado Antônio Gonçalves Figueira na Guerra dos Palmares, no qual, após voltarem da guerra, decidiram radicar-se em território norte mineiro, em vista da doação de uma sesmaria, pela coroa portuguesa, de aproximadamente 80 léguas em terras localizadas entre o rio Pardo e Doce, pelos trabalhos realizados na guerra supracitada. O sertanista, portanto, assentou morada na confluência dos rios Preto e Pardo, iniciando, assim, um marco nesse território, que, ao longo do tempo, foi-se povoando mais, e configurando atividades econômicas voltadas à “extração de minérios, agricultura e criação do gado” (Chaves, 2005, p. 05).

Para a investigação da economia na fazenda São Bartholomeu e fazenda Tabúa, utilizei a documentação relativa ao Ajudante José Ferreira da Costa (? - 1806), a saber, o seu testamento e o inventário *post-mortem*, datados de 1797 e 1807, respectivamente. Tais fontes se tornaram de grande importância para estudos da economia e da escravidão dos atores sociais que constituíram o espaço das fazendas, sítios etc. relativos aos períodos da América Portuguesa. Portanto, por se tratar de uma fonte rica em detalhes quantitativos, o inventário *post-mortem* torna-se uma documentação imprescindível, afinal, a descrição de bens que o falecido possuía nos últimos instantes da sua vida são descritas nestas documentações. Embora não saibamos com precisão as atividades produtivas desenvolvidas nas fazendas anteriormente ao período estudado, isto é, em sua ocupação inicial, analisarei as unidades produtivas de sua fazenda São Bartholomeu e fazenda Tabúa, relativas ao período de 1797 a 1807, sendo assim, verificarei os bens do Ajudante José Ferreira da Costa (?-1806) em vista de dimensionar sua riqueza.

Os estudos historiográficos relativos à economia no período da América Portuguesa sempre destacam a presença de sujeitos escravizados, africanos e descendentes, enquanto bens móveis nas propriedades, quantificando seus preços e quantificando suas presenças nas propriedades. Em qualquer época, os escravizados vão constituir parte fundamental da economia dos senhores de fazendas, donos de sítios, entre outros. Entretanto, analisarei a documentação para conseguir, também, ao máximo possível, dimensionar a vida mais ampla

desses sujeitos escravizados nas fazendas, por meio dos valores monetários atribuídos pelos louvadores nas avaliações. Enquanto homem negro, nascido na região, buscar compreender para além de como esses sujeitos foram sujeitados a aparecer nas documentações é tomar um posicionamento de olhar e narrar as vidas desses sujeitos escravizados com um gesto ético de cuidado.

O presente trabalho foi estruturado em dois capítulos de desenvolvimento, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo, intitulado *O Sertão de Minas*, tem por objetivo analisar como a região sertaneja, mais ao norte da capitania de Minas Gerais, foi vista pelos vassalos¹ e autoridades coloniais, no período dos setecentos (1700-1799) enquanto um espaço incivilizado, em contrapartida ao litoral e o espaço urbanizado. Nesse sentido, mobilizei bibliografias para compreender e analisar o sertão mineiro.

No segundo capítulo, *O Sertão do Rio Pardo*, volto-me com mais enfoque à analisar a economia na fazenda São Bartholomeu e fazenda Tabúa, em vista de dimensionar as riquezas do Ajudante José Ferreira da Costa. Por fim, busquei ampliar os significados dos valores monetários atribuídos aos escravizados durante a avaliação pelos louvadores, no inventário *post mortem*.

¹ A palavra vassalo remete à Idade Média, sendo sujeitos que se submetiam a um senhor feudal; entretanto, no contexto aqui trabalhado, a Idade Moderna, a palavra é vinculada com o significado de pessoas que eram súditos ao rei, independente da camada social.

CAPÍTULO 2: O SERTÃO DE MINAS

*Quer falar do sertão? Vá morar nele
 Não permito que fale sem morar
 Você pode no globo procurar
 Não encontra o lugar melhor que ele
 Acho até que Jesus é filho dele
 E São Jorge ali andou montado
 Lá se cria e se vive do roçado
 Por problema pequeno, ninguém chora
 Não faltou no sertão até agora
 Gente honesta, forró, cavalo e gado*

(Bule-Bule)²

2.1 SERTÃO: ESPAÇO IGNOTO³

A epígrafe, composta por versos do repentista Bule-Bule, mostra-se sublime como um ponto de partida adequado para a análise histórica da complexidade do espaço sertanejo na América Portuguesa. Formidável é a advertência do repentista ao dizer que não toma como aceitável a prática da fala sobre o sertão, àqueles que não ousam pisar em seu chão. Formidável, pois o sertão foi “inventado” a partir, além de outros fatores, de múltiplos enunciados externos feitos por outrem, a respeito da sociedade que ali floresceu e os sujeitos que por essas paragens viveram, frequentemente descritos a partir de concepções externas, ancoradas em modelos sociais forjados no litoral. Voltando-se aos versos finais, pode-se inferir na notável presença de elementos que constituem o sertão contemporâneo cantado pelo repentista, entretanto, é observável nestes, elementos ímpares que atravessaram os tempos e que se mostrava presente no cotidiano dos sertões na colônia: a figura do gado e do cavalo. Os sertões na América Portuguesa, tiveram sobretudo, o gado como elemento intrínseco da economia que desenvolveu nesta sociedade, em outras palavras, floresceu na sociedade sertaneja uma economia agropastoril. Em última instância, nessa economia de feições agropastoris, o gado tanto servia para a comercialização (carne, leite, couro etc.), bem

² Cf: Música “Oxe” de BaianaSystem, Bule-Bule e Rapadura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=24ZEh5YmjI0>.

³ A palavra “ignota” para se referir ao sertão, foi usada por Cunha (2023).

como animal de tração no engenho de açúcar e, o pouco lembrado, no de mandioca. Por sua vez, a figura do cavalo me parece um elemento, sobretudo, que detona uma imagem de companheirismo e marca de status em certos casos, por exemplo⁴.

Faço um breve adendo acerca do que se compreendia como sertão na América Portuguesa, afinal, pode-se incorrer no deslize de tomar o sertão aqui discutido enquanto a mesma compreensão do sertão contemporâneo. Não é. Por mais que os sertões na América Portuguesa sejam singulares para o entendimento - social, cultural, político e econômico - dos sertões contemporâneo, a palavra sertão, no contexto colonial, possui uma semântica distinta: o significado primitivo de *sartaão* designava territórios afastados do litoral e, posteriormente, acrescenta-se o significado oposto de não urbanizado (Amado, 1995; Anastasia, 2008; Botelho; Anastasia, 2012; Anastácia 2012)⁵. Entretanto, ganha-se posteriormente, sobretudo no decorrer do século XVIII, “o sentido de região inóspita e sem lei” (Araújo, 2000, p. 82). Muito dessa significação primeva sobre o sertão enquanto esse espaço, etimologicamente advém de concepções medievais⁶, já a carga posterior de adjetivos são frutos nascentes em solo americano. Ao longo do tempo, os sertões foram alvos de discursos emblemáticos que o marcaram enquanto o espaço por excelência de alteridade.

Portanto, diante do exposto, muitos discursos das autoridades coloniais sobre os sertões conduziram à percepção de que ali se instaurara uma sociedade considerada pouco ou nada civilizada, contrária à sociedade litorânea. Como já bem colocou Janaína Passos Amado (1995, p. 148), o sertão ganhou novas significações para além das etimológicas, pois o sertão⁷ foi “vinculado ao ponto de observação, à localização do enunciante, ao emitir o conceito”, nesses termos, “desde o litoral, o ‘sertão foi constituído”. Afinal, para falar de si, necessitamos de um outro. É um jogo de acusações, amalgamado em discursos sob princípios de estranhezas. Diante o exposto, externamente se “inventou” o sertão a partir da ótica

⁴ No mundo escravo sertanejo, a criação de cavalos para chamarem de seus mostra-se enquanto uma possibilidade (Da Silva, 1997).

⁵ A palavra “sertaão” foi empregada por Pero Vaz Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, na chegada ao território que viria a se tornar o Brasil, em 1500. Essa menção ao espaço do sertão, claramente mostra-se enquanto a primeira em uma documentação oficial em território “brasileiro”. Entretanto, ao passar dos séculos foram empregados no vocabulário da época palavras como sertão, sertões e certão, por exemplo, por parte dos atores sociais de então. Para a carta Cf:

<https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2010/11/Carta-de-Pero-Vaz-de-Caminha-transcricao.pdf>

⁶ Ao tratar dos sertões de Minas Gerais, é tomar como pressuposto que Minas Gerais enquanto território geográfico era um “grande sertão” na América Portuguesa, mas, em vista dos esforços do processo de urbanização de alguns espaços, especialmente após a descoberta de ouro, Minas Gerais deixa de ser um “grande sertão”, relegando essa categoria somente à algumas regiões da sua capitania, notadamente ao norte (Amado, 1995; Anastasia, 2008; 2012a; 2012b).

⁷ “Lugar inculto, distante das povoações ou terras cultivadas, longe da costa”. Esse vocábulo surge na língua portuguesa associada aos arcaísmos do idioma neolatino da Idade Média, derivada do radical *desertānu*. lugar desconhecido para onde foi o desertor. (Chaves, 2003, p. 19).

particular da sociedade do enunciante, passando a ser considerado um Outro na dualidade social vigente na América Portuguesa.

Proponho interpretar o sertão não como uma sociedade intrinsecamente desordenada ou violenta de forma aleatória. Pelo contrário, a análise reflete a conjuntura específica que o configura enquanto um espaço social distinto, o qual, contudo, não deve ser considerado menos civilizado, em contraste com o constructo discursivo das autoridades coloniais. Nesta direção, torna-se imprescindível interpretar o sertão de forma dialética. Vale-se, pois, utilizar a categoria de análise do sertão enquanto zonas de *non droit*⁸ (Anastasia, 2005, p. 23), bem como buscar analisar os códigos vigentes e a cultura política nessa sociedade. Contemplo a escolha do recorte espacial e temporal recaindo à capitania de Minas Gerais, especificamente nos setecentos (1700-1799), pois é nesse século que se pode observar um sertão demograficamente mais contornado de vassallos, escravizados, libertos e indígenas, em razão disso, é nesse período que se “constituirá toda uma população de cultura e comportamento social conformados muitas vezes à revelia do Estado” (Araújo, 2000, p. 67).

O sertão constituiu-se como um *locus* marcado por uma dupla significação de ameaças, sendo constituído enquanto um espaço de perigo imaginário, bem como um espaço de risco real. No que concerne ao perigo imaginário, refiro-me às representações acerca do sertão, sobretudo no advento da colonização, enquanto morada de seres de feições monstruosas e fantasiosas; já no que concerne ao risco real, refiro aos perigos da realidade concreta que circunscrevia o cotidiano nos sertões, ou seja, homicídios, furtos, violência, entre outros. No entanto, não pretendo tomar aqui a tarefa de uma exploração mais detida acerca dos perigos imaginários, sobretudo acerca das representações imagéticas presentes nas cartografias imaginárias, sendo assim, buscarei privilegiar o que aqui foi colocado enquanto risco real.

Não obstante, longe de ignorar por completo o perigo imaginário, é necessário mencionar, superficialmente, que a emergência da sensação do medo e desejo pelo espaço enigmático que fora os sertões, na América Portuguesa, no advento da colonização, tiveram como um dos principais fatores, para além de outros, a exemplo os mitos edênicos (Holanda, 2010), à cartografia imaginária, isto é, representações geográficas que se constituíam como uma mescla entre o mito e a realidade; sendo esta resquícios da Idade Média, como pode-se verificar:

⁸ Segundo a autora, o termo foi mantido em francês pela dificuldade de se traduzir com eficácia. Nesse sentido, tomo a mesma posição de manter em francês.

É o caso dos portugueses, na América e na África, e da conquista dos sertões. Estes foram conquistados aos poucos, e com base num conhecimento crescente, que sempre se caracterizou pela tensão entre o mito e a realidade. Com efeito, desde a Idade Média relatos como os de Marco Polo, Mandeville e outros se caracterizavam pela mistura entre informações verídicas sobre regiões até então desconhecidas, e fábulas, o que, se encantava o público, contribuía pouco para alargar os conhecimentos geográficos e a representação gráfica de novos espaços (Rêgo, 2016, p. 50).

Sendo assim, o processo de interiorização por meio das investidas aos sertões, foi consequência direta tanto dos mitos edênicos - mitos esses que eram carregados de utopias de espaços com riquezas desmedidas nos sertões adentro -, bem como das cartografias imaginárias consolidadas no seio da colonização portuguesa. No entanto, tomou o lugar da cartografia imaginária, no século XVIII, uma cartografia mais elaborada, de cunho iluminista, pois

quando dom João V decidiu montar observatórios e obter os instrumentos mais modernos, com o apoio de especialistas franceses. Teve especial destaque nessa operação dom Luís da Cunha, embaixador em Paris, que fez contatos com o grande nome da geografia e da cartografia francesa, Jean Baptiste Bourguignon d'Anville. Esse francês elaborou valiosas obras sobre geografia e história, bem como algumas centenas de cartas geográficas, baseadas em excelente documentação. As suas cartas, cingidas tanto quanto possível à realidade observada, permitiram pela primeira vez chegar à conclusão do muito que se ignorava sobre o interior dos grandes continentes, onde assinalavam vastos espaços em branco (...) Haveria, nessas representações, uma aparente contradição entre a feição iluminista do mapa e as imagens mitológicas que ele contém. Trata-se de uma cartografia repleta de subjetividade, embora também marcada pela objetividade, assegurada pelo uso das técnicas mais modernas (Rêgo, 2016, p. 54).

Nesses termos, é notável que após essa ascensão cartográfica iluminista, as representações geográficas dos sertões, que antes era caracterizado enquanto um espaço vazio, temido e com representações fantásticas, foi alterada para uma cartografia com pretensões descritivas/realistas que mostravam rios, arraiais, vilas, caminhos, capelas etc. Modificando-se, portanto, as ordens do imaginário, político, econômico, social e militar.

No tocante às subjetividades dos atores sociais envolvidos na interiorização, Ronaldo Vainfas sugere uma resposta no mínimo instigante, ao meu ver, acerca das atribuições aos sertões enquanto um espaço temido, isto é, os sertões causavam, inicialmente, temor àqueles que ousaram adentrar, “antes de tudo porque eram desconhecidos, e nisto a expansão portuguesa pelas matas brasílicas reeditou a expansão por mares nunca dantes navegados, o medo do mar, de monstros marinhos, tempestades incontornáveis, como a do Cabo das Tormentas” (Vainfas, 2019, p. 14).

A mata, densa e vasta, tornava-se o mar em terra. O que esperar de um lugar tão enigmático senão seres de feições tão monstruosas quanto as imaginadas para o mar? Seria

possível adentrar estas matas e voltar com vida? Para fins de exemplo, vale retomar o escrito do frade capuchinho francês, Martinho de Nantes, no tocante ao sentimento de andar pelos interiores da Bahia:

Entrando nas solidões vastas e assustadoras, fui surpreendido por um certo medo, tanto mais quando não havia uma folha sobre árvores e pareciam com as nossas, em tempo de inverno, e não se cobriam de folhas senão quando vinham as chuvas, nos meses de fevereiro ou março. O canto lúgubre de certos pássaros aumentava ainda mais esse terror; tudo isso parecia como a imagem da morte (Nantes *apud* Araújo, 2000, p. 81).

Entretanto, com a instauração de uma maquinaria administrativa mais complexa na América Portuguesa e a implementação de uma cartografia iluminista com mapeamentos mais condizentes com a realidade e a cultura política que vigorou nos sertões no século XVIII, fizeram as autoridades coloniais e vassallos a começarem a observar os espaços sertanejos não enquanto um espaço vazio e morada do fantástico, mas agora enquanto um espaço inóspito e sem lei, em última instância, um espaço por excelência incivilizado. Vale mencionar que “o conceito era essencialmente etnocêntrico, concebido pelos administradores coloniais, missionários católicos e colonos que se orgulhavam de ser os representantes da civilização assim entendidas pelos portugueses” (Russel-Wood, 2021, p. 280)

Anthony Russel-Wood (2021, p. 280, adição nossa) afirma que “os sertões eram regiões [inicialmente] não habitadas pelos portugueses”. Todavia, após o elemento europeu português tomar espaço nos vastos sertões, instigante é a colocação de Martinho de Mendonça, governador interino da Capitania de Minas (1736-1737), ao dizer que os portugueses que frequentavam o sertão do São Francisco, em específico, eram de “pouca qualidade”; ou, como alegou D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar (1717-1720), de forma geral, que a população da Capitania era a “escória da terra” (Boxer *apud* Anastasia, 2005, p. 14).

Sabe-se que a sociedade da América Portuguesa, em seus diversos quadrantes, estruturava-se a partir de hierarquias raciais (Raminelli, 2015), mostrando um axioma de quanto o sertão consagrou-se demasiadamente enquanto região causadora de dores de cabeça ao rei de Portugal e o corpo administrativo da capitania de Minas Gerais. Assim, os causadores dessas recorrentes dores de cabeças, recaem fundamentalmente em dois aspectos: o insucesso do processo de racionalização perante a região sertaneja e a presença marcante de uma população não-branca, culminando no pensamento de que “o sertão passaria a ser visto como a personificação de uma força disruptiva e potencialmente perigosa”, pois ia de

encontro com uma visão de espaço “ bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios (justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração) apreciados pelos portugueses, [sobretudo de espaços urbanizados]” (Russel-Wood, 2021, p. 280, adição nossa). Os dois fatores, administrativos e raciais, podem ser compreendidos de formas individuais, mas também complementares.

Como reflete Anastasia (2005), a desordem que se manifestava no cotidiano na Capitania de Minas Gerais, no século XVIII, recai à “uma ausência de instrumentos eficazes para consolidar a ordem” (2005, p. 14). Diante o exposto, era basilar que as autoridades coloniais responsáveis conseguissem orquestrar a implementação da previsibilidade da ordem, instaurando a boa convivência na capitania, todavia, as autoridades coloniais depararam-se com pouca ou nada ressonância de ordem, à medida que se distanciava do centro administrativo. Em áreas tão ermas, como o sertão mineiro, as autoridades coloniais encontraram vasta dificuldade de implementar o poder público, diante do consolidado poder privado - autonomização da burocracia - que regia na malha social desse espaço. A instituição do poder privado que regia as formas de justiça nessas regiões tornou-se espinhos nas costas do rei de Portugal e de autoridades coloniais que tiveram que voltar suas atenções para o espaço sertanejo e lidar com a dinâmica divergente do que se via nos espaços centrais.

Em linhas gerais, o que aqui apresento como poder público e poder privado, refere-se, concernente ao primeiro, à um exercício de poder no dilatado território da América Portuguesa, por parte da Coroa Portuguesa e, por conseguinte, das autoridades coloniais responsáveis pelo estabelecimento da ordem. Concernente ao segundo, o poder privado, refere-se à um exercício de poder por parte dos vassallos - e, por óbvio, aqui inclui-se as autoridades coloniais -, mais especificamente, aos potentados que atuaram ao longo de diversos acontecimentos do tempo colonial, que contrariavam as normas propostas pelo poder público.

Em última instância, como já mencionado, em busca de lançar mão de compreender a sociedade que estabeleceu no sertão mineiro, na América Portuguesa, enquanto uma região distinta a dos centros administrativos da capitania, vale recorrer à cultura política do sertão mineiro. O conceito cultura política pode ser caracterizado “como um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhado por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (Motta, 1996, 95)⁹, sendo utilizado como técnica para

⁹ Em seu texto “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”, de 2009, Rodrigo Patto Sá Motta menciona que seu texto, “A história política e o conceito de cultura política”, de 1996, em alguns aspectos soa de forma ingênua. Todavia, elementos chaves da argumentação de Motta em 1996 permanecem em 2009, por isso fiz a escolha de utilizar a definição de cultura política encontrada em seu texto de

analisar realidades históricas distintas, em busca de compreender “porque uma determinada sociedade desenvolve dinâmicas institucionais diferenciadas, mesmo quando aparentam possuir um mesmo aparato institucional” (Cerqueira, 1996, p. 83). Em boa medida, o desenvolvimento da malha social no sertão mineiro pode ser atribuído à uma cultura política que se organiza, especialmente no século XVIII, no qual está intrinsecamente ligada ao uso da coerção física, a defesa de valores e honra etc. E ao recorrer, de minha parte, ao termo de cultura política, é mediante ao fato de caráter duradouro desta, isto é, como salienta Motta (1996, p. 95), “só faz sentido falar-se [...] quando se trata de normas, valores, etc. razoavelmente arraigados, estruturados; quando se estabelecem tradições que são reproduzidas por várias gerações”. Ao tomar a sociedade sertaneja e suas especificidades como uma forma distinta, mas não menos civilizada que a sociedade litorânea/urbana e suas especificidades, na América Portuguesa, é seguindo o pressuposto de um olhar que não “hierarquiza as culturas políticas e tenta enquadrá-las em chaves evolucionistas” (Motta, 2009, p. 9).

Os sertões, apesar da preponderância do poder privado, coexistiram com o poder público, embora muitas vezes ineficazes. Neste espaço, pois, fora marcado por constantes ameaças, “previsível e imprevisível”, caracterizando essa enquanto zona *non-droit*, que são zonas “nas quais a arbitrariedade era a regra, em que direitos costumários e a justiça não eram reconhecidos pelos atores sociais, fossem autoridades, fossem vassalos, escravos ou forros” (Anastasia, 2005, p. 23). Uma cultura política que fora marcada pela coerção física, fez com que os atores sociais que formavam essa sociedade, constituíssem o sertão em “espaços, por excelência, da exacerbação da violência” (Anastasia, 2005, p. 23).

No tocante às ameaças previsíveis, as quais as autoridades responsáveis pela previsibilidade na capitania tinha de lidar, refere-se, por excelência, aos “atos violentos dos escravos, negros, forros e mestiços” (Anastasia, 2005, p. 15). Em uma sociedade escravista, tal como fora o regime colonial na América Portuguesa, era inevitável a presença desses atores, movidos, muitas vezes, pela franca e revoltosa violência contra os povos dessa sociedade. Não obstante, um sem-número de sublevações na capitania, se “não atingiram seus intentos, continuavam a pairar nas Minas a possibilidade de uma revolta de negros bem-sucedida” e, portanto, “levando o pânico à população branca e às autoridades” (Anastasia, 2005, p. 15). Doravante, ao longo de todo o século, as autoridades coloniais

1996. Segue o texto na íntegra a concepção de cultura política do texto de 2009: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (Motta, 2009, p. 09).

responsáveis pela instauração do poder normatizador, tiveram de editar ordens em busca de sufocar os contínuos atos violentos desses atores, todavia, como salienta Carla Anastasia (2005), ao longo de todo o século XVIII, tais ordens pouco ou nada teve eficácia. Não à toa, para sintetizar a inoperância da jurisdição das autoridades coloniais, chega-se à conclusão que os escravizados, aquilombados ou não, negros e mestiços forros, muitos “não temiam a leis de Sua Majestade e atropelavam a leis divinas” (Anastasia, 2005, p. 15). Vale ressaltar que esse cenário é percebido em toda a capitania, ademais, é nos espaços mais afastados do centro administrativo que se generalizaram as violências, mostrando a ineficácia do poder das autoridades. Nessa onda cotidiana de incessante violência protagonizada pelos escravizados, negros e mestiços forros, no último quarto do século XVIII,

D. Maria I, rainha de Portugal, ordenava em 1778, ao governador das Minas que fossem tomadas providência e aplicado “pronto remédio para evadir os perigos que a estes Povos [podiam] resultar da multidão, e crueldade dos Pretos...”. Continuava a rainha afirmando que os negros sempre haviam sido o “inimigo mais pernicioso”, uma vez que, nas Minas, se concentrava um grande número de “gente preta bárbara da África e Guiné”, de propriedade dos moradores das áreas mineradoras. E sendo em tão grande número, eram os cativos uma ameaça constante aos brancos, “que [julgavam] capitais inimigos, pelo privar da liberdade” (Anastasia, 2005, p. 17).

Não obstante, os sertões da capitania de Minas Gerais foram morada para muitos escravizados, negros e mestiços forros, constituindo efetivas formações organizadas de quilombos, intensificando mais ainda o pânico entre os brancos e proprietários de fazendas. Amantino (2014, p. 106) examinando documentações entre os anos de 1711 e 1795, declara que, no mínimo, “166 quilombos foram objetos de tentativas de destruição em diferentes partes da capitania de Minas Gerais”. Como salienta a autora, “os quilombos sempre fizeram parte do cotidiano dos moradores de qualquer localidade na América portuguesa, mas, no caso dos sertões mineiros, havia um motivo a mais para destruí-los”, afinal, “com a inserção dessa região no projeto colonial se fazia cada vez mais necessária, ante a escassez das lavras auríferas, inúmeras tentativas foram empreendidas visando à liquidação desses grupos” (Amantino, 2014, p. 106). Nessa esteira, no que concerne à visão dos vassallos e autoridades coloniais das Minas Gerais, foram os escravizados, negros e mestiços forros que compuseram uma ameaça no qual se podiam esperar, em razão dos contínuos atos de violência, decorrendo na instabilidade na ordem.

No entanto, a ameaça imprevisível também pairava nessa sociedade mineira. Essa imprevisibilidade está ligada essencialmente ao fator da desobediência de muitos vassallos e ministros do rei, especialmente nos ermos sertões de Minas Gerais. O fator da desobediência

desses atores sociais foi diretamente responsável pela constituição de uma marca singular da cultura política do espaço sertanejo, isto é, a autonomização da burocracia.

A autonomização da burocracia “uniam escravizados, forros, brancos pobres” em torno dos desmandos de indivíduos como “grandes proprietários [de gado] e ministros do rei”, mostrando a influência e poder desses indivíduos que viviam e atuavam nos sertões mineiros, dos quais “se esperava retidão de comportamento” (Anastasia, 2005, p. 18, adição nossa). Nesse sentido, a autonomização da burocracia é a resposta, muitas vezes, da ineficácia do poder público nesse espaço. Para citar a bela colocação de Russel-Wood (2021, p. 281), “se existisse um único tipo a ser associado ao sertão, esse seria constituído pelos poderosos do sertão, homens influentes do interior cujo capital residia essencialmente no gado”, no qual “viviam e agiam em seu *bel-prazer*, espalhando terror com seus homens de confiança e exércitos privados, e desafiando a autoridade”.

Tamanho era o empreendimento da formação desses bandos compostos de povos de todas as estirpes, nos sertões mineiros, sob a proteção desses poderosos que, em 1736, o Capitão Domingo Álvares Teles Brandão, faz seguinte afirmação:

[...] se possível for pondo em cada pau uma forca, e em cada légua um ministro, porque só assim se sujeitam de todo e, se não obedientes porque de outra forma não é possível, porque canalha semelhante não há no mundo todo, sendo a maior galhardia dos donos das fazendas proteger ladrões e matadores de que utilizam em seu serviço, quiçá porque eles foram e são do mesmo molde. (Schwartz, p. 110 *apud* Anastasia, 2005, p. 19)

Não obstante os desmandos dos grandes fazendeiros pecuaristas, as autoridades coloniais responsáveis de serem os braços racionalizantes da Coroa Portuguesa, nas lonjuras dos sertões, muitas vezes tornavam-se o algoz da Coroa (Anastasia, 2005; Souza, 2006), tornando-se atores sociais que constituíram “territórios de mando”, por conseguinte, essa condição da “autonomização da burocracia que se expressou, fundamentalmente, nos conflitos de jurisdição entre as autoridades, na iniquidade e/ou omissão da ação pública alimentavam, nessas áreas, a noção da legitimidade da violência” (Anastasia, 2005, p. 22).

Nesse sentido, tornou-se lugar-comum a afirmativa dos sertões enquanto imagem de um espaço de pouca adesão à institucionalização política. O que nomeamos aqui de institucionalização política, segue a perspectiva de Carla Anastasia, desse modo, diz respeito às “regras do jogo estabelecidas para a convivência entre os vassalos e autoridades reais”, em linhas gerais, são “convenções, privilégios e limites colocados ao exercício do poder metropolitano, tanto quanto eram respeitados pelos vassalos os seus deveres com a Coroa” (Anastasia, 2005, p. 22), de outro modo, são os recursos que se dispunha para instaurar a

ordem nos espaços, estabelecendo a boa convivência entre os habitantes no vasto território da América Portuguesa. E, justamente, com a dificuldade de difusão do poder público, isto é, a difusão da institucionalização política nos sertões mineiros, que figuras como a destes poderosos que dominavam os sertões mostraram-se enquanto um empecilho ao processo de instauração do poder da Coroa Portuguesa.

Carla Anastasia (2005, p. 46) sublinha para a América Portuguesa uma “concorrências de impressões”, no qual “o rei delegava competência aos ministros para que exercitassem a autoridade em seu real nome, mas esperava poder reduzi-los à obediência por meio, por exemplo, dos governadores”, por outro lado, “os ministros [...] ultrapassavam as suas competências, uma vez que estavam convictos de possuírem uma autonomia muito maior daquela que o soberano acreditava que efetivamente lhes havia delegado”. É, pois, nessa “concorrência de impressões”, em que nas lonjuras dos sertões constatava-se um nível mais intensificado, que autoridades coloniais que residiam longe dos centros administrativos da capitania acreditavam numa autonomia maior que lhes delegaram, tornando-se atores sociais do poder privado, ao invés de serem representantes do efetivo poder público, rompendo com as regras do jogo preconizada na organização política na América Portuguesa, no geral, e na capitania de Minas Gerais, em específico. Pode-se constatar, por exemplo, essa “concorrência de impressões” no alerta de D. Rodrigo José de Menezes, governador ilustrado de Minas Gerais (1780-1783), ao dizer “ser difícil impedir desmandos mesmo entre os membros da administração imperial ‘especialmente em colônias, que por estarem longe do trono não podem receber imediatamente, em tempo competente, o remédio às suas vexações [...]’” (Souza, 2006, p. 86).

Em linhas gerais, em vista de conclusões, estudos acerca das organizações sociopolíticas dos espaços da capitania de Minas Gerais, para o século XVIII, enfatizam uma ineficácia nos aparatos de instauração da ordem, tanto nos centros administrativos como nas lonjuras dos sertões, imprimindo uma análise que rompe com a dualidade poder público (centro administrativo) x poder privado (sertões). Ambos os espaços, tiveram os dois poderes coexistindo, embora nos sertões da capitania notável foi a preponderância do poder privado, em vista da distância para efetiva aplicação do pronto “remédio”, para usar expressão da época, aos ministros e vassalos desobedientes à Coroa. Nesse sentido, contrastar a imagem de um espaço civilizado para o centro administrativo e incivilizado para os sertões, pode-se incorrer em imagens estereotipadas acerca dos espaços da capitania.

Antonio Carlos Robert Moraes em seu texto *O Sertão: Um “outro” geográfico*, afirma que, segundo a geografia clássica, o espaço do sertão não é algo natural, isto é, não é

um espaço com “características intrínsecas de sua composição ou do arranjo de seus elementos numa paisagem típica” (Moraes, 2003, p. 01). Em outros termos, pode-se constatar uma “invenção” do sertão, à medida que foi vinculado ao espaço uma imagem, por excelência, de terra inóspita e sem lei. O espaço sertanejo nunca existiu empiricamente, enquanto um dado natural da realidade, e sim um espaço construído por meio do constructo discursivo dos múltiplos atores sociais. O sertão tornou-se uma categoria sociopolítica permeada de historicidade em sua constituição, em toda história brasileira. O sertão foi/é o espaço carregado de símbolos impostos por outrem, um espaço que se tornou alvo de estereotipação, que na teorização estabelecida por Durval Muniz de Albuquerque Júnior, seria “um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras” (De Albuquerque Júnior, 2021, p. 30). O sertão foi gestado enquanto esse Outro: um espaço estereotipado que causou temores e repulsa, pelos perigos que o atribuíram, mas interesse e desejo, pelas riquezas que ali se encontravam, impulsionando a cobiça dos sujeitos que por ali adentraram.

No segundo capítulo deste trabalho, tomarei como fio de análise, duas fazendas de gado *vacum*, a saber, fazenda Tábua e fazenda São Bartholomeu, localizadas no arraial de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, no final do século XVIII e início do século XIX. Diante disso, irei analisar o inventário *post-mortem* e o testamento do Ajudante José Ferreira da Costa, em busca de compreender a economia que era constitutiva dessas fazendas. Nesses termos, meu objetivo aqui para além de desenvolver somente uma reflexão econômica no tocante a mapear o que constituía a economia nessas fazendas, volto-me, também, minha atenção à reflexão acerca da violenta economia escravista marcante nessas propriedades rurais, sobretudo de maior escopo, quer dizer, interessa-me mais interpretar a escravidão por meio dos números que encontrei (sobretudo os valores monetários atribuídos a cada sujeito escravizado), do que somente realizar uma equação de adição dos valores e atestar os milhares de réis que o proprietário dispunha de mão escravizada.

CAPÍTULO 3: O SERTÃO DO RIO PARDO: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA FAZENDA SÃO BARTHOLOMEU E FAZENDA TABÚA (1797-1807)

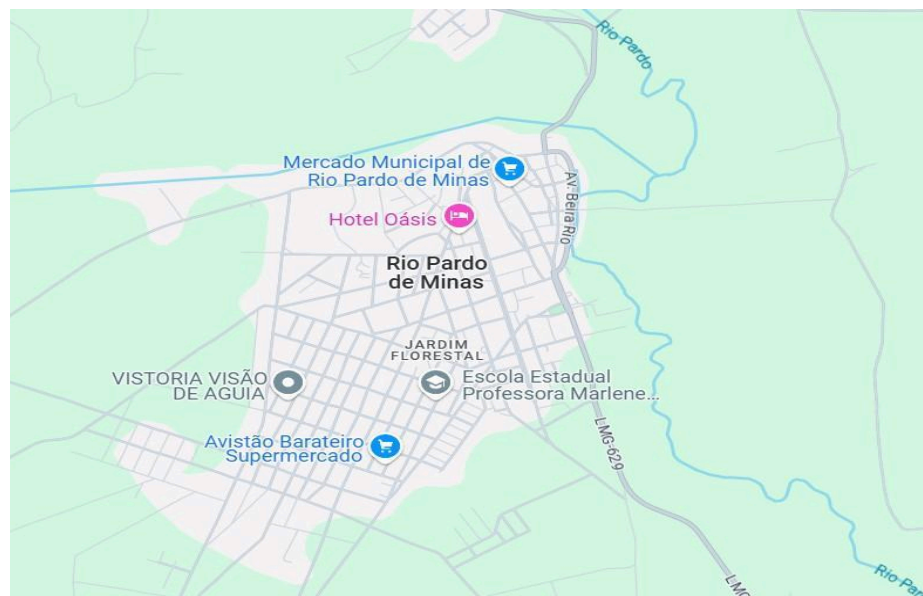
*Seu Deus é o tal metal, é o capital
É terra banhada a sangue escravizado
(Don L)*

*Que Deus perdoe esses homens maus
Que regaram esse solo com o meu chorar
(Coruja BC1)*

3.1 SERTÃO DO RIO PARDO

Como vimos no capítulo anterior, os sertões enquanto espaço geográfico e histórico, bem como outros campos de análise, permanece sendo uma área de frutíferos estudos debatidos por pesquisadores. E é nesse sentido, o de somar com vasta produção bibliográfica, que procurei neste trabalho analisar um dos vários sertões da América Portuguesa. O locus espacial que será conduzido em nossa análise será o arraial de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo que se encontrava localizada nas imediações do rio Pardo¹⁰, no sertão do Rio Pardo (Figura 1).

Figura 1 - Atual território de Rio Pardo de Minas, localizado no norte mineiro.



Fonte: Google Maps (2025).

¹⁰ Por fins de aviso, quando escrevemos rio com “r” minúsculo, referimos ao rio que se encontra presente atravessando municípios do Norte de Minas e Bahia até desaguar no Oceano Atlântico. Já o Rio com o “R” maiúsculo, referimos ao arraial que se constituiu nas imediações do rio Pardo.

importantes na geografia do sertão mineiro, tais como o *rio Pardo* e rio São Francisco, bem como o rio Jequitinhonha e andaram pelas serras do Espinhaço.

Para o auxílio do empreendimento da feitura desta seção, além de outros, obra de maior importância para a compreensão de Rio Pardo (de Minas)¹¹, especialmente acerca do século XIX e XX, trata-se da *Chorographia do município do Rio Pardo*, de autoria do Coronel Antonino da Silva Neves, em princípios do século XX, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, em 1908¹². Outra obra de maior importância trata-se da monumental obra *Efemérides Riopardenses*, de autoria do Cônego Newton de Ângelis, obra esta que é fruto de 27 anos de pesquisas pelo autor, publicada em 1998.

No que concerne à ocupação do território do sertão do Rio Pardo, no contexto colonial, datado em 1689, Antônio Luís dos Passos é creditado sendo responsável por liderar esse processo. Francisco de Assis Carvalho Franco, em *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: Séculos XVI-XVII-XVIII*, menciona algumas poucas informações de sua vida:

Paulista, filho de João Luís dos Passos e de sua mulher, Benta Garcia, irmão do potentado do Serro-Frio, Geraldo Domingues. Foi sertanista que descobriu ouro no rio Pardo, nas Minas-Gerais, em 1698, devassando grandes tratos desse curso d'água. Em 1714 andou juntamente com Baltazar de Lemos Morais Navarro, fazendo pesquisas de esmeraldas no antigo sertão desse nome. Em 1726 o Vice-Rei do Brasil escrevia-lhe pedindo auxílio para conquista o gentio bravo que infestava o sertão do Rio Pardo (Franco, 1954, p. 284).

O sertanista, segundo consta afirmações do Cônego Newton de Ângelis, em sua magistral obra *Efemérides Riopardenses*, Antonio Luís dos Passos foi um dos 19 companheiros de luta do sertanista Matias Cardoso e seu cunhado Antônio Gonçalves Figueira na Guerra dos Palmares (1605-1694), no qual, após voltarem da guerra, decidiram radicar-se em território norte mineiro, em vista da doação de uma sesmaria, pela coroa portuguesa, de aproximadamente 80 léguas em terras localizadas entre o rio Pardo e Doce, pelos trabalhos realizados na guerra supracitada (Ângelis, 1998). O sertanista, portanto, assentou morada na confluência dos rios Preto e Pardo, iniciando, assim, um marco nesse território, que, ao longo do tempo, foi-se povoando mais, configurando-se atividades

¹¹ Optei por colocar entre parênteses “de Minas”, por uma questão de reforçar que estamos nos referindo ao mesmo, evitando de incorrer a confusão de achar que se trata de Rio Pardo localizada no estado do Rio Grande do Sul. Ademais, a nomenclatura nas documentações da época colonial - pelo menos a que nós consultamos para esse trabalho - não faz essa adição de tais palavras ao referir-se ao Rio Pardo. A implementação do “de Minas” é fruto do Decreto-lei nº 1058, de 31/12/1943. Sendo assim, avisado previamente, irei prosseguir o texto apenas escrevendo Rio Pardo. Sobre a mudança de nome. Cf: <https://www.riopardo.mg.gov.br/municipio/conheca-nossa-cidade/historico-do-municipio/>

¹² Para consultar o texto na íntegra. Cf: <http://www.siapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=477&op=1>

econômicas voltadas à “extração de minérios, agricultura e criação do gado” (Chaves, 2005, p. 05).¹³

O arraial¹⁴ de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo surgiu em 1740, após a elevação da capela de Nossa Senhora da Conceição. Com a elevação para o arraial, Rio Pardo tornou-se subordinado ao termo da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Minas Novas do Araçuaí. Enquanto Minas Novas, inicialmente, encontrava-se eclesiasticamente subordinada ao bispado da capitania da Bahia, a mesma se encontrava, civil e politicamente, subordinada à comarca de Serro Frio, da capitania de Minas Gerais. Com a criação da comarca de Jacobina, em 1742, a Vila de Nossa Senhora da Conceição de Minas Novas do Araçuaí - que foi criada em 1730 - foi incorporada ao território baiano. Todavia, após discussões entre as autoridades mineiras e baianas, em vista de arguições convincentes por parte das autoridades mineiras denunciando o precário sistema de vigilância da capitania da Bahia, a qual ocorriam garimpagem clandestinas, chegaram-se à conclusão, finalmente, em 1757, que o território da então Vila de Minas Novas - que, lembrando, tinha o arraial de Rio Pardo sob sua jurisdição - fosse incorporada à capitania de Minas Gerais, voltando as administrações civil e politicamente à Minas Gerais, e a administração eclesiástica à Bahia. Somente após 1864, que a Vila de Minas Novas do Araçuaí ficou subordinada por completo à província de Minas Gerais, passando a jurisdição eclesiástica para o bispado de Diamantina (Ângelis, 1998; Chaves, 2003).

Os indígenas que habitavam e travaram intensos embates contra os colonizadores no

¹³ Edneila Rodrigues Chaves indica que o crescimento populacional do território se deu ao fato da descoberta de ribeirões auríferos das Minas Novas, em 1727, e com a abertura da estrada até à Bahia, passando pelo novo arraial.

¹⁴ Segue algumas definições, segundo o *Glossário de História Luso-Brasileira*, de algumas formas organizacionais na América Portuguesa:

Arraial: refere-se aos pousos e roças feitas pelos bandeirantes ao longo de suas trilhas e em função de certas atividades extrativas como a mineração. Alguns dos pousos existentes transformaram-se em pontos de encontro de agricultores e comerciantes, ensejando o surgimento de povoados, também chamados arraiais. Subordinados ao poder administrativo das vilas ou cidades, os arraiais, em muitos casos, nasciam a partir de uma capela em torno da qual as pessoas se reuniam para rezar e realizar festas em louvor aos santos e padroeiros.

Vila: Organização espacial que, além de uma igreja, contavam com juiz, Senado da Câmara, Casa de Câmara e pelourinho (coluna de pedra para punição de presos) na praça central.

Cidade: Organização espacial que não se distinguem de modo significativo das vilas ainda que constituíssem o nível mais elevado entre os núcleos urbanos e só pudessem ser fundadas pelo poder real diferentemente das vilas, cuja criação era de âmbito das autoridades coloniais.

Povoado: Este era um termo mais genérico para qualquer agrupamento de casas ou pessoas, uma pequena povoação que não tinha jurisdição própria, dependendo de uma vila ou cidade. Englobava os arraiais, mas também outras formas de assentamento, como aldeamentos indígenas (quando já "domesticados").

Obs: a definição de “Povoado” não foi extraída da fonte supracitada, sendo uma definição encontrada no Google.

Cf: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z>

ditos “civilizados” trazidos no seio pelos colonizadores, eram tratados enquanto nativos bravios a serem combatidos.

Figura 4 - Embate entre colonizadores e indígenas



Fonte: Autor Desconhecido *apud* Amantino (2014).

Em consonância de ideias entre Chaves e Amantino, no que tange o empreendimento aurífero enquanto fator crucial para as ocupações e povoamentos nos sertões¹⁵, se faz de suma importância colocar a questão da expansão da agropecuária nos sertões. No que concerne ao sertão do Rio Pardo, a presença das terras para a criação de gado, isto é, as fazendas de gado *vacum* - como aparece em diversas fontes documentais - é marcadamente presente.

Márcia Amantino destaca que os sertões ganham interesse maior pelas autoridades portuguesas, afinal, ante a escassez das lavras auríferas, mostrava-se um espaço que “era também provável repositório de ouro e um novo território destinado à agricultura ou à pecuária” e, portanto, confirma Amantino, “controlá-lo e transformá-lo em área sob domínio português passou a ser condição importante para a viabilização econômica da colônia” (Amantino, 2014, p. 98-99). Nesse sentido, o processo de ocupação e expansão da região do sertão do Rio Pardo é marcado intensamente pela economia do gado e o cultivo de determinadas culturas, embora, em algum grau, o empreendimento da extração de minérios tenha ocorrido (Chaves, 2003). De Jesus (2004, p. 250) afirma que, “no século XVII, a região iniciou sua formação econômica baseada na criação de gado, associando a pecuária a uma agricultura de subsistência voltada para a complementação da dieta alimentar dos habitantes”.

¹⁵ Chaves (2003) analisou o sertão do Rio Pardo, enquanto Amantino (2014) analisou o sertão do Oeste Mineiro.

Permaneceria pelos séculos seguintes essa base econômica baseada na forte presença da criação e comércio do gado, bem como uma prática da agricultura voltada para a subsistência e comércio dos excedentes para o mercado interno (Neves, 1908).

3.2 FAZENDA SÃO BARTHOLOMEU E FAZENDA TABÚA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No que concerne à ocupação do espaço do sertão mineiro, percebo, conforme as autoridades no assunto, que tal empreendimento se intensificou paralelamente ante a escassez das minas auríferas na capitania de Minas Gerais, no final do século XVIII. Em vista das lavras de minas se encontrarem em crise, voltaram-se os olhares, por parte das autoridades reais, com mais atenção às terras localizadas nos sertões da capitania mineira. Diante do exposto, extensas terras que tiveram como palco o empreendimento colonial com ênfase nas fazendas de criação de gado, economicamente movimentou-se para o abastecimento do mercado interno, alinhando segmentos de atividades de agricultura, pecuária e, em alguma medida, auríferas.

Portanto, no capítulo a seguir, busca-se analisar a economia em duas fazendas, a saber, fazenda São Bartholomeu e fazenda Tabúa, ambas localizadas no sertão da capitania de Minas Gerais, mais especificamente, na freguesia do arraial de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo. Para a feitura do presente capítulo, utilizei o inventário *post-mortem* e o testamento do então proprietário de ambas as fazendas, o Ajudante José Ferreira da Costa, como base para verificarmos a economia das respectivas fazendas. Ademais, para o empreendimento de constituir uma breve demonstração da origem antiquíssima e importância das fazendas, recorri à um escrito de 1730 e mapas cartográficos da capitania, todos datados do século XVIII.

Ambas as fazendas, São Bartholomeu e a Tabúa, então localizadas na freguesia do Arraial da Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, termo da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, da comarca de Serro Frio. Localizando-se, nos dias de hoje, no município de Montezuma, Minas Gerais. Porção de terra mais setentrional da região Norte Mineira. O desenvolvimento de minha análise implica, neste capítulo, na compreensão econômica dessas duas unidades produtivas.

Ambas as fazendas se mostram antiquíssimas - mais do que atualmente posso saber -, entretanto, a fim de localizá-las o mais recuado no tempo possível, peguei alguns momentos no qual as fazendas aparecem em registros, todos do século XVIII. Notadamente, como já ressaltai, talvez suas origens precisas possam nunca ser realmente descobertas, todavia, meu

esforço aqui preocupa-se mais em demonstrar a importância histórica, do que os períodos de fundações - mesmo este segundo sendo de meu interesse.

É fato que entre a capitania da Bahia e a capitania de Minas, constituiu-se uma relação acentuada e, em termos mais específicos, a parte mais ao norte da capitania mineira tornou-se, muitas vezes, passagem obrigatória para adentrar à capitania baiana. Especialmente no século XVIII que se acentuou por meio de relações comerciais de víveres. Em decorrência, o arraial do Rio Pardo, por compor um território que configurava possíveis passagens, acabou sendo mencionado em documentações de sujeitos que mapearam caminhos entre as zonas auríferas baianas e mineiras.

Início com a mais antiga por mim conhecida. Trata-se, portanto, de um caminho que passava pelas nascentes do rio Pardo, na cabeceira da Serra do Pau D' Arco - a serra monumental citada por Guimarães Rosa, em seu livro *Grande Sertão: Veredas* (1956), denominado "Caminho de João Gonçalves do Prado". As poucas informações que tenho acerca da figura de João Gonçalves do Prado, limita-se às citações do padre André João Antonil e Francisco de Assis Carvalho Franco:

Partindo da cidade da Bahia, a primeira pousada é na Cachoeira; da Cachoeira vão à aldeia de Santo Antônio de João Amaro e daí a Tranqueira. Aqui divide-se o caminho, e tomando-o à mão direita, vão aos currais do Filgueira, logo à nascente do rio das Rãs. Daí, passam ao curral do coronel Antônio Vieira Lima, e deste curral vão ao arraial de Matias Cardoso.

Mas, se quiserem seguir o caminho à mão esquerda, chegando à Tranqueira, metem-se logo no caminho novo e mais breve, que fez **João Gonçalves do Prado**, e vão adiante até a nascente do rio Verde. Da dita nascente vão ao campo da Garça, e daí, subindo pelo rio acima vão ao arraial do Borba, donde brevemente chegam às minas gerais do rio das Velhas (Antonil, 2011, p. 253. grifo nosso).

Isnara Pereira Ivo, em sua tese *Homens de Caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa - século XVIII*, toma posição de questionamento à "veracidade" de João Gonçalves do Prado: não a existência em si da pessoa, mas sim seu nome. A autora acredita que o referido João Gonçalves do Prado, fora, na verdade, o capitão-mor João Gonçalves da Costa, pois não havia nenhuma documentação relativa à João Gonçalves Prado para o século referido, caso contrário à João Gonçalves da Costa que contém diversas documentações relativas às suas conquistas que, coincidentemente, correspondem aos mesmos locais (Ivo, 2009, p. 149). Entretanto, por conta da possível data de nascimento de João Gonçalves da Costa, em 1720, mostra-se muito improvável ser referido. Além da questão do nascimento, no livro *Dicionário Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: séculos XVI-XVII-XVIII*, escrito por Francisco de Assis Carvalho Franco, informa outra evidência à existência de João Gonçalves do Prado, ao mencioná-lo enquanto um

concebido entre 1699 a 1702, como aponta Edneila Rodrigues Chaves (2012, p. 88). Portanto, em vista da data de feitura, podemos tirar algumas conclusões interessantes. Primeiro: a Fazenda Tabúa demonstra ter, com certa precisão, incríveis mais de 300 anos, apontando, devido sua localização mais privilegiada - como veremos mais adiante, no segundo exemplo -, um entreposto central que se situava em um caminho de maior movimentação nessa travessia às minas de ouro. Segundo: Por ser um documento que não dispõe do objetivo de informações maiores sobre fazendas que serviam de entreposto, não foi possível saber do então proprietário(a) da Tabúa. Em vista de não saber de nenhum outro nome que se estabeleceu no território, ainda no começo do século XVIII, além de Antônio Luís dos Passos, no qual assentou morada - até onde consigo estimar via as localizações geográficas que fora mencionado do seu assentamento - a uma distância considerável da fazenda da Tábua, acredito fortemente em outro nome ainda a ser descoberto. Terceiro: Pode-se perceber, por óbvio, a ausência da fazenda São Bartholomeu no mapa. Aqui, por hora, mostra-se possível pensar em duas hipóteses. Uma que a fazenda não era fundada na época da feitura do mapa; a outra que ela podia não ser uma fazenda nesse período, mas sim um sítio e, portanto, não ser a melhor opção de parada de descanso - particularmente, acreditamos mais nessa última¹⁶. De toda forma, iremos esboçar melhor a partir do segundo momento que iremos explorar.

Em 21 de maio de 1729, o rei emite uma provisão ordenando o vice-rei do Brasil, o conde de Sabugosa, a seguinte ordem:

por engenheiros observar com distinção os sertões das Minas Novas e todo aquele Continente para saber a distância em que ficava dos portos da marinha, a sua capacidade, e Povoações, que compreende, e que de tudo fizessem mapas (Santos, 2008, p. 693).

Joaquim Quaresma Delgado, sertanista, acabou sendo contratado pelas autoridades coloniais, o vice-rei, ante a falta de engenheiros para realizar a tarefa ordenada. Nessa direção, o sertanista, fora ordenado a sair da cidade da Bahia (hoje, Salvador) e tomar direção rumo à região aurífera recém-descoberta, Minas Novas (Santos, 2008, p. 694). Partindo, portanto, com a atribuição de:

Observar pela estrada por onde se faz caminho para aquelas minas as povoações, rios, serras e mais coisas dignas de atenção, averiguando os nomes e as distâncias

¹⁶ Essa hipótese surge de trocas de ideias entre meu grande amigo e historiador, Ygor Cangussu, com seu amigo, Eleandro, para mais tarde ser compartilhado comigo. Sendo assim, para além de agradecer as boas conversas e partilhas de ideias, gostaria de reforçar que em todo momento que essa ideia se apresentar no trabalho, advém desse compartilhamento de ideias. Para contribuições sobre o sertão do Rio Pardo. Cf: <https://daguaquente.wordpress.com/about/>

em que ficam umas das outras e também as partes em que se acostumam a arrancar os comboieiros com conveniência de águas e mantimentos, o que se fará principiando logo da Vila da Cachoeira, resumindo tudo a uma relação com boa ordem, distinção e clareza (Santos, 2008, 694).

Márcio Roberto Alves dos Santos também afirma que além das atribuições iniciais solicitadas pelo vice-rei, outras atribuições foram designadas à Joaquim Delgado Quaresma, ampliando a tarefa do sertanista: “Além da região de Minas Novas, deveria o sertanista pesquisar também as regiões auríferas do Rio de Contas e Tocambira (Itacambira), bem como o que o autor das instruções denomina “o sítio do Paramirim, donde se tem descoberto prata” (Santos, 2008, p. 694).

No trajeto percorrido e anotado por Joaquim Quaresma, em seus intitulados “*Derrotas*”, isto é, os roteiros que foram escritos por ele descrevendo minuciosamente acerca dos caminhos pelos quais percorreu. Vários roteiros foram feitos - mapas também -, entretanto, particularmente me interessa o roteiro que é denominado “*Derrota do Rio das Contas até Minas do Araçuaí*”, pois é nesse roteiro que o sertanista faz sua travessia pelo sertão do Rio Pardo. O acesso a essa “*Derrota*” se encontra no livro “*Bandeiras e Sertanistas Bahianos*” de Urbino Vianna, de 1935. (Vianna, 1935, p. 184-203)

Nessa “*Derrota*”, Joaquim Delgado Quaresma menciona algumas fazendas localizadas, atualmente, no município de Montezuma, Minas Gerais, no extremo norte mineiro. Reforçando, portanto, a fundação antiquíssima dessas fazendas que resistem, em partes, à implacável força do tempo. No que concerne às duas fazendas aqui analisadas, somente o casarão-sede e senzala da Fazenda São Bartolomeu continua em pé, integralmente (Figuras 06/07/08/09/10/11/12/13)¹⁷; caso que não podemos afirmar sobre o casarão-sede da Fazenda Tabúa, que restou apenas uma parede em pé¹⁸(Figura 14).

¹⁷ Todas as fotos a seguir anexas da Fazenda São Bartolomeu foram autorizadas pelo proprietário para sua reprodução neste trabalho.

¹⁸ As vozes locais, bem como a atual família proprietária da fazenda, afirmam que por volta de 1980/1990 o casarão-sede estava de pé.

Figura 6 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025

Foto que compõe a entrada - cancela de madeira - da propriedade, o casarão-sede no centro, a senzala à direita e uma mangueira à esquerda.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Figura 7 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.

Fachada - constituída por uma porta, uma janela, uma pia-tanquinho e, ao que parece, uma espécie de pilar de madeira - e a lateral - constituída por uma janela e, ao que parece, uma chaminé de fogão - do casarão-sede.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Figura 8 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.
Os fundos-laterais do casarão-sede - constituída por uma entrada com escadas que vai se dar em uma pequena área com outras duas portas para entrar em seu interior, bem como uma parede com duas janelas- e o terreiro concretado, no qual permite uma visão panorâmica de toda a baixada das porções de terras ao redor.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Figura 9 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.
Fundos do casarão-sede - constituída por uma parede com quatro janelas na parte superior e três quartos que, segundo um dos familiares, era onde os escravizados ficavam quando castigados.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Figura 10 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.
Lateral do casarão-sede - constituída por uma parede com sete janelas e uma entrada que vai dar numa outra porta para a parte interna - e outra parte do terreiro concretado.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Figura 11 - Senzala da fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.
Parte externa da senzala



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Figura 12 - Senzala da fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.
Parte interna da senzala - hoje utilizada como armazém.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Figura 13 - Fazenda São Bartholomeu, Montezuma-MG, janeiro de 2025.
Fazenda São Bartolomeu, vista da estrada



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Figura 14 - Ruínas da fazenda Tabua, Montezuma-MG, janeiro de 2025.
As ruínas do casarão-sede da Fazenda Tabúa, vista da estrada



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Muitas fazendas seculares que se localizam no território de Montezuma, tem suas arquiteturas devastada pela força do tempo, ante a falta de diálogos por parte das autoridades municipais em prover verbas para a manutenção, isto é, as poucas fazendas que ainda permanecem conosco, advém dos esforços e da renda das famílias proprietárias. Queremos dizer, portanto, que as autoridades, ainda hoje, não parecem olhar essas fazendas enquanto monumentos históricos, a fim promover pertinentes debates acerca da patrimonialização desses monumentos no município, para então prover fundos para realizações das manutenções necessárias. Evidentemente, não quero fazer-me ser entendido enquanto uma pessoa que reza para que as paredes dessas fazendas nunca caiam, na verdade, me posiciono longe disso. Tudo é permeado de historicidade, conseqüentemente, todas as ações dos atores sociais de determinada sociedade em determinada época demonstra como os mesmos se comportam diante sua época. Com isso quero dizer que, o não posicionamento das autoridades municipais de Montezuma, em relação a compreender essas fazendas enquanto monumentos históricos, tem de ser lido como um gesto permeado de sua própria historicidade.

Nesse sentido, minha constatação para que essas fazendas tenham suas arquiteturas em constante manutenção, é uma posição que vai de encontro de compreender que a

escravidão racial fora uma realidade intensamente presente na região do Alto Rio Pardo¹⁹, no geral e, Montezuma, em específico, não silenciando as muitas mãos escravizadas envolvidas no processo que condicionou a essas fazendas elevarem-se no espectro político da região durante vasto tempo da história do sertão do Rio Pardo. Essas fazendas carregam consigo memórias extremamente violentas, no entanto, são memórias que não se pode relegá-las ao esquecimento.

Dito isso, voltarei para o roteiro. Delgado atravessando esses sertões do Rio Pardo, descreve:

Do Brejinho até topar com dous caminhos em hua grande varja, ha hua legoa e meia, deyxarse-ha o mais seguido, q he o da esquerda que este vay dar na fazda. da Tabúa de gado e tomarseha sempre direyto pela mesma varju (que está cercada de hua parte, e da outra de serras). (Vianna, 1935, p. 191, grifo nosso)
Deste ranxo segue o caminho deyxando sempre o Rio a direita até que se vay dar na fazenda de Domingos Gonçalves, sítio de S. Lamberto, e aqui tambem pode descansar, mas he bom seguir viaje adiante maz hua legoa e meya, e logo se dá na fazenda do Alferes Salvador Cardoso (Vianna, 1935, p. 191, grifo nosso).

Início com a primeira citação. Posso começar ponderando que, após os trinta anos que se passou entre o mapa que indica o caminho de João Gonçalves e esse roteiro de Quaresma, nota-se que o caminho que passa pela fazenda Tabúa confirma-se ainda enquanto o caminho mais utilizado pelos mercadores de gêneros alimentícios, viajantes, negociantes etc; quer dizer, ao meu ver, parece que é nesse momento, com a descoberta de ouro em Minas Novas, que esse caminho se torna uma travessia ainda mais consolidada nesse trecho do trajeto. Entretanto, mesmo sendo o caminho mais movimentado, o sertanista tanto opta por não passar pelo caminho da fazenda Tabúa, como não trouxe em seu relato melhores informações sobre a fazenda e/ou o proprietário de então.

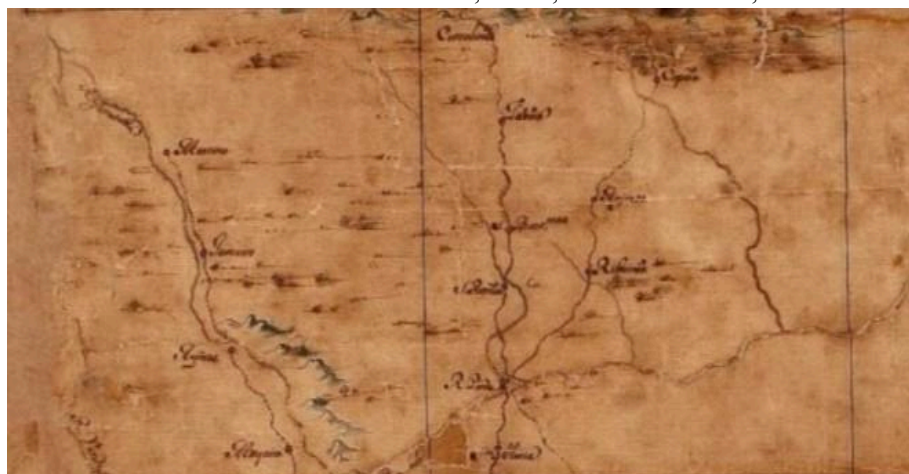
No que concerne à segunda citação - abraçado à segunda hipótese mencionada anteriormente -, acreditamos que esse sítio de “S. Lamberto”, sob propriedade de Domingos Gonçalves, possa ser o que futuramente será chamado de Fazenda São Bartholomeu. Após a menção ao sítio de S. Lamberto, Quaresma recomenda não parar no sítio, mas sim seguir uma légua e meia até chegar na fazenda do Alferes Salvador Cardoso, autoridade importante por essas paragens. A fazenda em questão, trata-se da fazenda São Romão, uma das mais antigas localizadas no termo do Rio Pardo²⁰. Para corroborar nossa hipótese, a seguir, há dois

¹⁹ A região do Alto Rio Pardo localiza-se no Norte de Minas Gerais, numa área territorial de transição entre os biomas da Caatinga e Cerrado, sendo assim, o Alto Rio Pardo abrange uma área de 15.322,9 KM², envolvendo 14 municípios mineiros: Berizal, Curral de Dentro, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo. Para mais informações. Cf: <https://bemdiverso.org.br/onde-atuamos/alto-rio-pardo/>

²⁰ O casarão-sede de São Romão não se encontra mais em sua plena forma. A fazenda se encontra entre os atuais

mapas da capitania de Minas Gerais, o mais antigo mapa de Minas Gerais, de 1767, sem autoria declarada (Figura 15), e o mapa feito pelo cartógrafo Joaquim José da Rocha, datado de 1777 (Figura 16), podemos verificar a presença em ambos mapas a Fazenda São Bartholomeu, sendo localizada antes da Fazenda São Romão, como bem descrito por Joaquim Quaresma, em 1730, ao se referir ao sítio de S. Lamberto. Além de que acredito que em ambos períodos, especialmente 1777, a fazenda Tabúa e a fazenda São Bartholomeu já se encontrava sob propriedade do Ajudante José Ferreira da Costa, pois, como pode-se verificar no mapa, de 1777, abaixo da Tabúa, aparece o nome “Gameleira”, esse nome refere-se ao sítio que se encontrava em terras da fazenda, que anos depois seria de seu filho, o Reverendo Bernardino Ferreira da Costa, no qual acredito, fortemente, terem sido desmembrado da fazenda da Tabúa em ato de doação ao mesmo, em período próximo depois de se ordenar na Cidade da Bahia, atual Salvador.

Figura 15 - Trecho da Carta Geographica da capitania de Minas Geraes, e partes confinantes, 1767. Segue ordem que se encontra no caminho do meio: Curralinho, Tabúa, São Bartholomeu, São Romão e Rio Pardo.



Fonte: CARTA geographica da Capitania de Minas Geraes, e partes confinantes. – Escala [ca. 1: 800 000]. – Anno de 1767. – 1 mapa ms., color. à mão, tinta ferrogálica e nanquim; 168,3 cm x 124,3 cm, em folha 175,5 cm x 127 cm. – (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, AHEx-RJ).²¹

municípios de Montezuma e Santo Antônio do Retiro.

²¹ Para conferir o mapa na íntegra. Acesso:

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimiahistoricamineira/index.php/carta-geographica-da-capitania-de-minas-geraes-e-partes-confinantes-escala-ca-1-800-000-anno-de-1767-1-mapa-ms-color-a-mao-tinta-ferrogolica-e-nanquim-1683-cm-x-124/>

Figura 16 - Trecho de mapa desenhado por Joaquim José da Rocha a pedido do Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Antônio de Noronha, 1º Conde de Linhares.



Fonte: ROCHA, José Joaquim da, ca. 1740-1808. *Mapa da Capitania de Minas Geraes*: que mandou fazer o Il^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor D. Ant^o. de Noronha, Governador e Capitão Gen^{al}. da mesma Capitania / Jozé Joaq^m. da Rocha o fez. – Escala [ca. 1: 1 600 000]. – 1777a. – 1 mapa ms., color. à mão, nanquim, aquarela; 89,2 x 74,7 cm em folha 94,7 x 80 cm. – (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, BN-RJ).²²

Com o cruzamento da documentação e a crítica documental, podemos tomar feito o exercício da demonstração da presença e, sobretudo, da importância histórica da fazenda São Bartholomeu e fazenda Tabúa para a dimensão econômica e cotidiana dos sujeitos que outrora transitaram por essas paragens. Ademais, seguiremos adiante na empreitada de demonstrar as dinâmicas econômicas que ascendeu e consolidou-se nos vastos sertões na América Portuguesa, bem como iniciar as considerações acerca dos espólios do Ajudante José Ferreira da Costa.

3.3 DONO DE TERRAS EM UM SERTÃO QUE PEGA FOGO

3.3.1 Breve consideração da dinâmica econômica dos sertões

A base fundiária que ascendeu no sertão originou-se, primeiramente, por meio de doações de sesmarias, em outras palavras, as vastas terras destinadas sobretudo às fazendas de gados e à agricultura voltada ao mercado interno, foram concedidas inicialmente aos mesmos moldes das *plantations* (Da Silva, 1997, p. 119), que tinha como base uma economia voltada ao mercado exterior, ou seja, uma economia agroexportadora. Sendo assim, tanto a

²² Para conferir o mapa na íntegra, consultar:

https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1550

plantation como as terras voltadas à criação extensiva do gado, no mundo sertanejo, exigiu-se léguas e léguas de terras para o funcionamento de ambas economias. Claramente, no que concerne à segunda economia, essas léguas e léguas de terras eram compostas de centenas de fazendas, sítios, situações etc; isto é, não quero constatar que o empreendimento da pecuária extensiva, no que concerne à ocupação de terras e a economia que se desenvolveu, detinha semelhança à *plantation*.

Um caso exemplar pode-se verificar no caso do território do Rio Pardo, no qual a sesmaria doada pela coroa portuguesa à Antônio Luís dos Passos foi obtida por recompensa ao lutar contra os quilombolas no Quilombo dos Palmares. Entretanto, gostaria de trazer à tona uma incongruência - até que se mostre ao contrário - dos fatos. Tanto o Cônego Newton em sua magistral obra *Efemérides Riopardense* e a professora Edneila Rodrigues Chaves em sua dissertação de mestrado - pois a mesma replicou a afirmativa do Cônego -, aponta uma doação de sesmaria para Antonio Luis dos Passos, em 1689, no qual assentou morada nas confluências do rio Pardo e rio Preto. Por outro lado, o que se mostra incongruente, ao meu ver, é a presença de Antônio Guedes de Brito enquanto proprietário das terras localizadas - também adquiridas por doação de sesmaria -, datadas do século XVII, alusivo ao que seria o território do Rio Pardo (Chaves, 2003, p. 40) no período que Antonio Luis dos Passos adquiriu tais terras. Como funciona isso? Seria as terras de Antonio Luis dos Passos próximas a de Antônio Guedes de Brito? Não temos uma resposta clara. Todavia, quem sabe às terras que outrora foram de Antonio Guedes de Brito, por não serem exploradas, tornarem-se em *terras devolutas*, isto é, terras que foram devolvidas à Coroa? Nessa direção, com as *terras devolutas*, Antonio Luis dos Passos foi agraciado com elas para compor sua propriedade. Enfim, ficam os questionamentos. Longe de conseguir, neste momento, resolver essa questão, seguiremos nossa escrita com essa dúvida.

De toda forma, o que me interessa no momento é a dinâmica que compôs as práticas de posse e uso das terras nos sertões, especificamente o arrendamento. Aos que cobiçavam desenvolver-se nos vastos sertões, quer dizer, em última instância, pessoas que almejam tornarem-se produtores rurais, teriam de se submeterem aos arrendamentos e/ou compra dos sítios e fazendas dos sesmeiros que detinha o monopólio das terras (Da Silva, 1997, p. 119). No que tange o sertão do Rio Pardo, pode-se averiguar alguns desses sítios e fazendas arrendadas e/ou para venda no *Livro do Tombo da Casa da Ponte do Rio Pardo*, sob domínio da família Guedes e Brito. Conforme se mostra presente no supracitado livro, pode-se verificar que “em 1813, os bens inventariados da Casa da Ponte estavam alocados como animais, escravos, terras e acessórios”, sendo assim, “os investimentos em Rio Pardo, que

representa 11% do património, foram principalmente em gado e escravos” (Chaves, 2003, p. 41).

Em vista das dinâmicas complexas de posse e uso das terras que floresceram com a ascensão dessa nova base fundiária baseada na criação extensiva do gado, nos sertões, Silva alega:

Podemos delinear, assim, quatro grandes formas de posse e uso da terra na área de dominância da pecuária sertaneja: a. a grande propriedade, de origem sesmarial, com exploração direta e trabalho escravo; b. sítios e situações, terras arrendadas por um foro contratual, com gerência do foreiro e trabalho escravo; c. terras indivisas ou comuns, de propriedade comum – não são terras devolutas, nem da Coroa –, exploração direta, com caráter de pequena produção escravista ou familiar, muitas vezes dedicada à criação de gado de pequeno porte; d. áreas de uso coletivo, como malhadas e pastos comunais, utilizados pelos grandes criadores e pelas comunas rurais (Da Silva, 1997, p. 130).²³

Nessa direção, pode-se perceber a complexa e multifacetada relação decorrente da posse e uso das terras, em contexto da extensiva pecuária sertaneja, culminando em uma dinâmica agrária heterogênea. Ademais, vale-se ressaltar que, mesmo com o cenário não homogêneo de posse e usos da terra, o modelo de arrendamento de propriedades fora a forma mais recorrente no mundo sertanejo, no qual o “foro oscilava, em média, entre 2 e 3% do valor do sítio, em função principalmente de sua localização e da existência de recursos naturais adequados.” (Da Silva, 1997, p. 129) Nessa esteira, bem afirma Maria Yedda Linhares (1995, p. 08), “se juridicamente, o instrumento de posse é a sesmaria, é ao arrendatário que cabe, economicamente, a tarefa de apossar-se da terra, doada, desbravá-la e explorá-la, em síntese, gerar renda”.

Na historiografia brasileira, voltando-se ao mundo colonial sertanejo, por bons longos anos, afirmou-se a predominância do trabalho livre e a marcante presença da mão indígena nos setores econômicos do mundo agrário colonial sertanejo. Assertiva essa que se erigiu em nossa historiografia, afirmavam, por consequência, a marcante ausência do elemento de africanos e africanas escravizados e descendentes na economia - relegando sua presença somente à economia de exportação, a *plantation*, e a economia aurífera - que se desenvolveu no mundo sertanejo. A ruptura com essa perspectiva, consequentemente seu declínio, aconteceu por meio das pesquisas do historiador e antropólogo Luiz Mott, nos idos finais da década de 1970 (Da Silva, 1997).

Nessa nova contraposição historiográfica, coube a Mott (1979) por abaixo essa visão generalista outrora tão difundida, ao demonstrar que os segmentos de escravizados africanos

²³ O autor traz outros modelos de posse e uso da terra em contexto sertanejo, ademais, afirma a prática do arrendamento enquanto o mais comum.

e descendentes, não só constituiu o maior contingente populacional em geral, como constitui o maior contingente de mão de obra nas fazendas do sertão do Piauí (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - Composição da população do Piauí segundo a cor-etnia 1697-1772

	1697		1772	
Branços	155	35,3%	3205	16,7%
Índios	59	13,5%	1131	5,9%
Pretos	210	48,0%	6343	33,0%
Mamelucos			1354	7,0%
Mulatos	4	0,9%	4050	21,1%
Mestiços	10	2,3%	3108	16,3%
Total	438	100,0%	19191	100,0%

Fonte: Mott, (1979).

Tabela 2 - Composição da população das fazendas do Piauí seg^o a cor (1762)

Branços	882	36,7%
Índios	101	4,2%
Pretos livres	49	2,0%
Mamelucos	4	0,1%
Mulatos livres	15	0,6%
Mestiços livres	31	1,3%
Escravos	1324	55,1%
Total	2406	100,0%

Fonte: Mott (1979, p. 71).

Portanto, com a elucidação das tabelas, pode-se verificar o contingente negro tanto na população, em geral, quanto nas fazendas, especificamente, trazendo a tônica que o sertão do Piauí - e os sertões no geral - conformavam também um espaço demasiadamente negro, contradizendo a tese de que a mão de obra escravizada fora realidade somente nas imensas *plantation*, açucareira e do café, bem como na extração de minérios, na empresa aurífera.²⁸

O sistema das *plantations*, bem como a empreitada de extração de minérios nas zonas auríferas, conformaram um mundo que moldava as mercadorias em vista ao mercado externo. Em contraposição, uma economia que se moldava, em suma maioria, para o consumo local e mercado interno, erigiu-se no berço do mundo sertanejo - mas, não somente. Nessa esteira, sumariamente, as necessidades alimentares dos núcleos urbanos que se expandia gradativamente, foram atendidos por sujeitos que compuseram a tônica do sistema agro-pastoril, através dos excedentes (Linhares, 1983). Ora, é imprescindível considerar as atividades econômicas agro-pastoril, enquanto elemento constitutivo da empresa colonial

portuguesa - inclusive em Minas Gerais: ninguém mata a fome com açúcar e/ou café e, muito menos, com minérios. Sumariamente apresentado alguns elementos constitutivos da economia sertaneja, toma-se como tarefa o diagnóstico, finalmente, dos espólios do Ajudante José Ferreira da Costa.

3.3.2 Ajudante José Ferreira da Costa e os “Ferreira da Costa”²⁴

Nos atuais documentos que disponho, pouco sei acerca da vida de José Ferreira da Costa antes da sua chegada ao arraial de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, entretanto, até o momento, mesmo sua vida nas paragens do sertão do Rio Pardo não é de meu conhecimento preciso. Irei mensurar algumas particularidades de sua vida aqui e já iremos ver seus espólios.

“José Ferreira da Costa (? - 1807), natural da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Vila de Caeté, filho legítimo de Domingos Ferreira da Costa (?) e Josefa dos Santos (?)” (TJMG. CRPM. Inventário *post-mortem*, 1807)²⁵; foi um rico proprietário que viveu parte de sua vida no arraial de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, dono de muitos bens, entre eles, as fazendas São Bartholomeu e Tabúa, gozando de ambas as fazendas da segunda metade do século XVIII a início do XIX. No que concerne à sua vida na freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Vila de Caeté, bem como sua ocupação produtiva anterior à chegada e estabelecimento no sertão do Rio Pardo, mostra-se lacunar, sendo necessárias consultas em outras fontes primárias para o efetivo esclarecimento.

José Ferreira da Costa casou-se com uma das filhas do Capitão-Mor Salvador Cardoso de Sá e sua esposa, Luzia Antunes de Souza. Casado com Isabel Maria do Rosário (1743-1823), tiveram dezesseis filhos deste matrimônio. Todavia, escaparam-se da morte, na ocasião da feitura dos documentos relativos à José, isto é, seu inventário *post-mortem* e o testamento, apenas dez filhos: Bernardo José Ferreira, primogênito do casal, sagrou-se com patente, concedido pelo rei de Portugal, de Alferes das Ordenanças do arraial do Rio Pardo (Ângelis, 1998); Luzia Antunes de Sousa; Desidério Ferreira da Costa; Francisca Ferreira da Costa; Clara Maria do Rosário; Victorina Maria do Rosário; Bernardino Ferreira da Costa, ordenou-se no arcebispado da Cidade da Bahia (Salvador), tornando-se Reverendo; Raymunda Maria do Rosário; Ana Maria do Rosário e Teresa Maria do Rosário. Este núcleo

²⁴ Ao utilizar “Ferreira da Costa”, remetemos a todo o núcleo familiar que compõe tanto José Ferreira da Costa e sua esposa, Isabel Maria do Rosário, quanto seus filhos.

²⁵ Informações tiradas do inventário *post-mortem* de José Ferreira da Costa, 1807. Disponível em: <https://acervominasjustica.tjmg.jus.br/index.php/inventario-n-55603887>. Acessado em: 22/11/2025

Vale mencionar que muitas informações a seguir advêm dessa documentação. Sempre que eu utilizar esta documentação no corpus textual, o faço colocando em itálico.

familiar brevemente apresentado, é o que denomino, neste trabalho, de os “Ferreiras da Costa”²⁶.

Em nenhuma documentação conhecida obtive a data de nascimento do patriarca da família. Mesmo em seu testamento, datado de 1797, lavrado no arraial do Rio Pardo, documento este que me ofereceu informações privilegiadas do particular de sua pessoa, não dispunha dessa informação. Nesse sentido, a primeira hipótese toma aparência. No já citado *Efemérides Rio Pardense*, o cônego Newton D’Ângelis (1998, Vol. 02, p. 19) afirma que José Ferreira da Costa foi tutor de Francisca Antunes de Sá, “desassisada”, uma das irmãs de sua futura esposa, dona Isabel Maria do Rosário. A dita Francisca nasceu em 1738, tendo 20 anos na ocasião do falecimento de seu pai, o Capitão-Mor Salvador Cardoso de Sá, em 1758. Não disponho de nenhuma documentação referente de quando José Ferreira da Costa obteve a patente militar de Ajudante, todavia, me parece cabível supor que sua ida às terras mais ao norte da capitania tem forte ligação com sua nova posição militar. De toda forma, concernente à idade do patriarca, em vista de sua posição de tutor, acredito que ele nasceu aproximadamente em 1730. Creio, inclusive, que a aproximação com Isabel Maria do Rosário, possa ter advindo desse período enquanto tutor de sua irmã, mas, novamente, é apenas uma hipótese.

Segundo consta no site do *Familysearch*, José Ferreira da Costa e Isabel Maria do Rosário, casaram-se no ano de 1764²⁷, todavia, não conseguir localizar de onde o responsável pela afirmação tirou tal informação, mas, caso tal fato seja verdadeiro, teria Isabel em torno de 21 anos na ocasião, e José, talvez, algo próximo de 30 anos, com o limite de 34. Podemos afirmar, com algum grau de precisão, que deste casamento, os dois foram agraciados com o dote de casamento, costume presente da época. Caso a data de casamento, 1764, se mostre verdadeira, o Capitão-mor Salvador Cardoso de Sá, seu pai, não pode presenciar tal evento, afinal, morreu 6 anos antes. Todavia, sua mãe, Luzia Antunes de Sousa, não somente pode presenciar tal evento, como deve ter sido a responsável pela graça do dote de casamento. O que fora os bens doados no dote, necessita da consulta às fontes primárias.

Ao passar de anos, amparando-se em seu inventário *post-mortem* e no testamento, posso afirmar que o Ajudante José Ferreira da Costa se tornou proprietário de muitos bens. Mesmo que preciosas as fontes que dispúnhamos para a análise material de seus bens,

²⁶ Vale destacar que uma de suas filhas, Maria, falecida, é nomeada no inventário para o recebimento de dote, entretanto, o dote refere-se à o dote de casamento, por casamento com Domingos Barbosa, e pelos dotes de seus filhos, Antônio, de 16 anos, e Maria, de 12 anos, por óbvio, netos do Ajudante José Ferreira da Costa. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/2:2:QP18-KRF?lang=pt>

²⁷ Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/2:2:QP18-KRF?lang=pt>

demonstram seus limites, quer dizer, o inventário *post-mortem* é uma fonte que sumariza o que o falecido dispõe nos seus últimos momentos antes de seu desaparecimento deste mundo, incorrendo de, em alguns casos, não ser possível captar a vida material mais ampla do sujeito. Nessa esteira, o historiador(a) que dispor de tal documentação para realizar uma análise, têm-se, conscientemente, que compreender os limites que ela se mostra. Ao analisar o inventário *post-mortem*, datado de 1807, do patriarca da família “Ferreira da Costa”, tive o privilégio do acesso a vários dotes de casamentos que o mesmo doou, em vista dos casamentos de suas filhas, por meio do “Termo de declaração” dos referidos dotes. Sendo assim, consegui mapear o escopo territorial de suas duas fazendas, São Bartholomeu e Tabúa, antes da doação dos dotes de casamento. E, já afirmo de antemão, mostrava-se ser um enorme aglomerado de terras, um verdadeiro latifúndio no sertão do Rio Pardo. Enfim, começo aos poucos.

Na sua casa, na Fazenda da Tabua, freguesia do Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, termo da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas de Araçuaí, inicia-se, assim, o inventário, que de responsabilidade ficou ao Juiz de Órfãos Trienal, o Capitão-mor Antônio Gomes de Oliveira Meirelles, junto do escrivão declarado, José Simão Miranda, para efeito de fazer vários inventários e bem assinados bens que ficaram por morte do Ajudante José Ferreira da Costa. Quem dispõe a declaração dos bens é a inventariante cabeça de casal, dona Isabel Maria do Rosário, sua esposa. Início seus espólios.

Concernente à prata, foram inventariados diversos bens que correspondem a *dezesseis colheres e dezesseis garfos de prata (34\$700 réis); mais quatro par de fivelas de prata com (?) (5\$100 réis); mais um aparelho de espadim de prata (5\$600 réis); mais um par de espora de prata com sua fivela (4\$800 réis); mais uma salva de copo de prata (6\$300 réis); por fim, mais duas facas de mesa com seus cabos de prata (1\$800 réis)*. Portanto, somou-se um total de cinquenta e oito mil e trezentos réis (58\$300 réis) em bens de/com prata.

Concernente à cobres e ferramentas, foram inventariados diversos bens que correspondem a *um alambique de cobre, com sua capela do mesmo já muito velha (19\$200 réis); mais dois tachos grande de cobre, um em bom uso e outro velho, ambos com remendos (28\$800 réis); mais um tacho de cobre pequeno, usado, com remendo (2\$400 réis); mais uma bacia de arame, em bom uso (4\$000 réis); mais dois candeeiro de latão, em bom uso (6\$000 réis); mais uma bacia de arame de forno, em bom uso (1\$500 réis); mais uma bacia de arame, para o pé da cama, em bom uso (1\$200 réis); mais duas alavancas de ferro, em bom uso (7\$680); mais uma alavanca (1\$920); mais uma alavanca pequena (1\$920); mais três*

foices, em bom uso (1\$440 réis); mais cinco foices - com condição que não conseguir transcrever - (1\$500 réis); mais duas foices quebradas (\$180 réis); mais quatro machados, em bom uso (3\$600 réis); mais dois almocafres pequenos (\$600 réis); mais uma cavadeira (\$225 réis); mais nove enxadas, em bom uso (4\$320 réis); mais três enxadas, muito usadas (\$900 réis); mais cinco formões sortidos, mais um compasso, mais um compasso pequeno; mais três [...] sortidos, mais duas travadeiras; mais uma [...], mais uma [...], mais uma plaina, mais um Guilherme, mais um cantil, mais um martelo, mais um formão grande de [...] e mais uma serra pequena (8\$000 réis). Portanto, somou-se um total de oitenta e sete mil e setecentos e cinco réis (87\$705 réis) de bens/ferramentas.

Concernente à estanho, foram inventariados diversos bens que correspondem a *uma jarra e bacia de estanho, em bom uso (2\$000 réis); mais dois pratos grandes de estanho, sendo um com fundo maior, em bom uso (1\$700 réis); mais quatro colheres e quatro garfos de estanho (\$300 réis)*. Portanto, somou-se um total de quatro mil réis (4\$000 réis) de objetos de estanhos.

Concernente à utensílios de louça e vidros, foram inventariados diversos bens que correspondem a *mais um copo de vidro branco, com capacidade de seis litros (1\$000 réis); mais seis pratos de pedra, em bom uso (\$900 réis); mais uma frasqueira com doze frascos de vidro verde (4\$200 réis)*. Portanto, somou-se um total de seis mil e cem réis (6\$100 réis) em utensílios de louça e vidros.

Concernente à ferramentas e mais bens móveis, foram inventariados diversos bens que correspondem a *corrente de ferro com dois colares (4\$800 réis); mais um pega grande (4\$800 réis); mais um grilhão de ferro, em bom uso (1\$200 réis); mais uma viseira de égua (\$320); mais uns fiar fiar de ferro (\$300); mais uma balança de pesar ouro, já muito usada (\$600); mais uma roda de fiar, com seis fuso, e eixo de ferro (1\$200 réis); mais uma roda de fiar, muito velha, com seu fuso e eixo de ferro (\$800); mais dois catres de jacarandá (2\$000 réis); mais uma mesa grande com duas gavetas, uma com chave e fechadura e outra sem ela, cuja mesa com pés de burros (3\$000 réis); mais um banco grande de encosto, em bom uso (1\$500 réis); mais um banco pequeno de encosto (1\$500 réis); mais dois tamboretas, já muito usados, de madeira quadrada, cobertas de couro cru (\$300); mais um oratório com uma imagem do Senhor Crucificado, uma imagem da Senhora da Saúde, uma da Senhora da Saúde com seu resplendor de prata, uma de Nossa Senhora de Sant'ana de pedra jaspe, outra imagem de São José com seu resplendor de prata, outra imagem de Santo Antônio com resplendor de prata e um Menino Jesus de marfim com seu resplendor de prata (12\$000 réis); mais um guarda roupa de madeira de cedro, com cinco gavetas, com três fechaduras e*

suas chaves (8\$000 réis); mais uma mesa, em bom uso (2\$000 réis); mais uma mesa de ferro, muito velho (1\$000 réis) e mais dois [...] de ferro, ambas muito velhas (1\$000 réis); mais uma [...] de ferro (3\$600); mais dezesseis tábuas de louro, de vinte palmos de comprimento e um meio de largura (7\$680); mais uma bigorna de ferreiro, um torno, um malho, dois martelos grandes, um martelo pequeno, duas [...] e um fole velho (30\$000 réis) e mais um rodete de ralar mandioca (8\$000 réis). Portanto, somou-se um total de noventa e cinco mil e seiscentos réis (95\$600) em ferramentas e bens móveis.

Concernente à roupas de uso, foram inventariadas diversas peças de roupas e tecidos de materiais diversos que optei em não descrever aqui, tal como feito até agora, pois me encontrei em dificuldade de transcrever os pormenores das roupas, portanto, me impedindo de trazer por completo aqui, todavia, somou-se um total de 28\$800 réis em roupas e tecidos.

Concernente às celas, foram inventariado mais *um selim, já velho, com seus estribos de ferro (5\$000 réis) e um freio, muito usado (\$320 réis) e mais cinco celas, para vaquejar (6\$000)*. Portanto, somou-se um total de cinco mil e trezentos e vinte (11\$320 réis) de celas.

Concernente aos escravizados sob propriedade do Ajudante José Ferreira da Costa, encontra-se trinta e três escravizados em sua escravaria, no qual um sairá forro via testamento do falecido; portanto, somou-se um total de dois contos e trezentos e oitenta e um mil réis (2:381\$000 réis). Na próxima seção deste capítulo, irei realizar uma reflexão mais apurada sobre os valores monetários acerca dos sujeitos escravizados e não somente realizar uma equação de valores - por mais que seja importante uma análise friamente econômica -, mas demonstrar como essa matemática da vida negra (McKittrick, 2014) representa uma violência terrível para com esses sujeitos.

Concernente à cavalos e potros, foram inventariado *um cavalo, cor queimado, de nome Osinta (12\$000 réis); mais um cavalo, cor castanho, de nome Obunda (12\$000 réis); mais um cavalo, de cor castanho escuro (5\$000 réis); mais um cavalo, de cor [...] pintadinho (12\$000 réis); mais um cavalo cordão, grande (12\$000 réis); mais um cavalo, de cor escura (12\$000 réis); mais um cavalo (5\$000 réis); mais um cavalo, de cor queimado (5\$000 réis); mais um cavalo [...] (5\$000 réis); mais um cavalo, de cor escurinha (5\$000 réis); mais um cavalo, de cor retinto (5\$000 réis); mais um cavalo [...] (5\$000 réis); mais um cavalo, de cor castanho copam (5\$000); mais um cavalo, de cor escura, do selador Joaquim (5\$000 réis); mais um cavalo, de cor escura, do selador Vitória (5\$000 réis); mais um cavalo, de cor castanho, muito velho, no qual não recebeu valor algum (\$0 réis); mais seis cavalos, de várias cores (72\$000 réis); mais sete potros de muda, de várias cores (84\$000 réis); mais cinco potros, da segunda muda (60\$000 réis); mais sete cavalos, de várias cores (84\$000);*

mais sete potros, de várias cores, de um ano e meio (56\$000 réis); mais um macho, muito velho (4\$000 réis); mais um macho (12\$000 réis) e mais uma mulinha, de um ano e meio (15\$000 réis). Portanto, somou-se um total de quatrocentos e oitenta e sete mil réis (487\$000 réis) em cavalos e potros.

Concernente à gados *vacum* e cavalos, foram inventariados *mais mil cabeças de gado vacum de crias de toda a sorte o situado na Fazenda e pastos de São Bartholomeu avaliado pelo louvado cada uma cabeça a quatro mil reis que todos em posta a quantia de quatro contos de réis (4:000\$000); e mais mil e quatrocentos e trinta entre cabeças de gado vacum de crias de toda a sorte situados nos pastos e Fazenda da Tabua avaliada cada uma cabeça pelo louvado a quatro mil reis que todos em posta a quantia de cinco contos e setecentos e trinta e dois mil réis (5:732\$000), portanto, dois mil e quatrocentos e trinta cabeças de gado vacum (9:732\$000); mais setenta e oito éguas (340\$000 réis) e mais quatro cavalos (48\$000 réis). Portanto, somou-se um total de dez contos e cento e vinte mil réis (10:120\$000 réis) em animais.*

Concernente à bens de raiz, foram inventariados *mais uma morada de casas na Fazenda de São Bartholomeu térreas cobertas de telhas e várias casinhas mais todas cobertas do mesmo, um moinho de moer de trigo, de água, um rodete de ralar mandioca de moer, curral de pau a pique com seu rego de água cuja casa com seu muro, árvores de espinho e [...] (180\$000); mais uma morada de casas térreas, cobertas de telhas, um engenho de moer cana muito velho descoberto e várias casinhas, paiol, tudo coberto da mesma telha, currais, árvore de espinho, bananal, manga, um rego de água tudo na Fazenda da Tabúa, e dentro das mesmas casas um oratório, uma mesa, bancos de encosto, um liso e dois catres (210\$000 réis); mais um paiol coberto de telhas, um engenho de moer cana, em bom uso, também coberto de telhas (30\$000 réis); mais uma morada de casas de sobrado, situada no Arraial do Rio Pardo, com três bancos de encosto, uma mesa pequena com sua gaveta com fechadura e chave, dois catres, cujas casas são cobertas de telhas, com seis portas e janelas e murada (300\$000 réis); mais uma dita morada de casas térreas cobertas de telhas, situada no Arraial do Rio Pardo, com dois bancos de encosto dentro da mesma, uma mesa e dois catres em seu quintal (120\$000). Portanto, somou-se um total de oitocentos e oitenta e quarenta mil réis (840\$000) em bens de raiz.*

Concernente à dívida ativa, somou-se um total de setecentos e sessenta e dois mil e cento e cinquenta réis (762\$150 réis). Já concernente à dinheiro em muda, somou-se um total de cento e cinquenta mil réis (150\$000 réis). O Ajudante José Ferreira da Costa possuiu, portanto, em etapa final de sua vida, o monte-mor de quatorze conto e novecentos e quarenta

e nove mil e cento e quinze réis (14:949\$115 réis).

Tabela 3 - Bens móveis do Ajudante José Ferreira da Costa (1806)²⁸

	Quantidade	Valor (\$)	Porcentagem (%)
Escravizados	33	2:381\$000	15,9%
Bens de Raiz	05	840\$000	5,6%
Animais (gado <i>vacum</i> / equinos)	2430 (gado) 133 (equinos)	9:732\$000 (gado) 875\$000 (equinos)	70,5%
Outros		1:203\$975	8%
Total	2601	14:949\$115	100%

Fonte: TJMG. CRPM. Inventário *post-mortem* (1807).

Observando a documentação relativa, pode-se certificar o tipo de unidade produtiva que são ambas, isto é, fazendas de gado *vacum* e cavalares. As mais de duas mil cabeças de gado e centenas de equinos que se espalham pelas léguas de pastos da Tabúa e São Bartholomeu é, incrivelmente, notável; bem também uma presença, visando os bens de raízes, de plantações de mandioca, trigo e cana de açúcar. No testamento de José, datado de 1797, consta na Fazenda de São Bartholomeu um engenho de mandioca e outro de açúcar, cujo não se acharam presente no inventário *post-mortem*, me fazendo crer que, entre o período de feitura do testamento ao inventário, em 1807, o Ajudante José Ferreira da Costa tenha arquitetado para que uma de suas fazendas produzisse um tipo de matéria prima, enquanto outra, outro tipo de matéria prima. De toda forma, posso concluir, com algum grau de precisão, que ambas as fazendas, em determinada medida e em tempos mais recuados, empreendiam a feitura da farinha de mandioca (e seus derivados, por exemplo, o beiju), da farinha de trigo (e seus derivados, por exemplo, o pão), da cachaça, da rapadura, do açúcar, talvez da manteiga de garrafa/gado, do couro, da carne bovina etc. Não disponho de nenhuma documentação referente a possibilidade da comercialização do que se produziam nessas fazendas, mas não me surpreenderia se o patriarca dos “Ferreira da Costa” comercializasse os excedentes, bem como tomasse o empreendimento do comércio do gado. Ademais, considero válido trazer a dimensão das propriedades do patriarca.

Para quem conhece a geografia do município de Montezuma e Santo Antônio do Retiro, localizados no Norte de Minas Gerais, sabe da existência das comunidades localizadas nas zonas rurais. Mas, provavelmente, muitos não devem saber que essas comunidades se originaram de antigas fazendas e/ou sítios instaurados séculos atrás. E, certamente, muitos não devem saber que diversas dessas fazendas/sítios que deram origem

²⁸ Na presente tabela, eu adiciono tanto na quantidade como o valor do escravizado que sairá forro via testamento, bem como ignoro a quantidade da categoria “Outros”, por uma escolha pessoal.

aos territórios das atuais comunidades, advieram dos desmembramentos das fazendas da Tábua e São Bartholomeu. Trago exemplos.

Em dote de casamento de Manoel Luiz de Campos e Francisca Ferreira da Costa, o casal, dentre outros bens, recebe “*cem cabeças de gado vacum de criar de toda a sorte a situado em terras próprias, desmembradas da Fazenda da Tabua[...], chamado o dito lugar a Curral Novo*”. Sabe-se, analisando as demarcações do Curral Novo, que essas terras, em alguma medida, correspondem ao atual Pau D’ Arco. Uma das figuras mais emblemáticas da história política de Montezuma, que os avôs e avós da população montezumense conheceram e conhecem com clareza é Senhor Geraldino, morador centenário do Pau D’Arco. O senhor Geraldino é descendente direto desse casal do século XVIII.

Em dote de casamento do Alferes João Rodrigues de Oliveira com Luzia Antunes de Sousa, estes, dentre outros bens, sagraram-se com “*cem cabeça de gado vacum de criar de toda a sorte a situados em terras próprias, em um pedaço que se desmembrou da Fazenda da Tabua, chamado os Porcos*”. Nesse lugar, “*Os Porcos*” mudou de nome ao longo do tempo, tornando-se a fazenda São Joaquim. Se seguirmos depois da atual fazenda Cebola, chegaremos na vila de São Joaquim, que, cujo território, grosso modo, compreende aquele da antiga fazenda.

Filho do Ajudante José Ferreira da Costa, o Reverendo Bernardino Ferreira da Costa, em algum momento de sua vida, tomou posse do sítio da Gameleira, localizada nas terras da fazenda Tabúa. Anos depois, vende as terras a Antonio Ferreira Barbosa (filho do casal Domingos Barbosa e Maria José dos Anjos, bem como sobrinho do Reverendo). Esse sítio tornou-se fazenda em determinado momento, ganhando o nome de fazenda Estiva, sendo, em outros termos, onde hoje é a atual Estiva - o casarão-sede é o imponente casarão do falecido Senhor Rui Balieiro, que é descendente direto de Antônio Ferreira Barbosa e Ana Angélica da Encarnação -, as terras nas quais hoje se encontra a comunidade eram uma parte dessa fazenda, séculos atrás. Enfim, poderia citar mais exemplos, mas, para o esforço retórico de demonstração das proporções do latifúndio de José Ferreira da Costa, creio que já basta. Sobretudo antes da distribuição dos referidos dotes às filhas, assim como os quinhões aos herdeiros restantes após sua morte.

Concluo com a seguinte assertiva: faltam estudos mais aprofundados acerca da composição econômica e, evidentemente, um panorama da hierarquia social dos sujeitos do Arraial do Rio Pardo ao relativo período anterior a 1833, que marca a data de criação da vila de Rio Pardo²⁹. Todavia, mesmo na ausência desses estudos, afirmo, tranquilamente, que o

²⁹ Para um estudo nesses termos, após a criação da vila de Rio Pardo. Cf. Chaves (2003, 2012)

Ajudante José Ferreira da Costa protagonizaria boa colocação, diante o seu patrimônio, nesse necessário estudo para a historiografia sobre o sertão do Rio Pardo, em período colonial.

3.3.3 Sobre números que dizem muito: a escravaria de José Ferreira da Costa

Rapidamente, pode-se observar que os escravizados constituem, em sua maioria, o *bem móvel* mais valioso na composição econômica do Ajudante José Ferreira da Costa. Não enquanto somatória total, e sim enquanto valores unitários. Entretanto, indago: como iniciar um texto que visa tensionar reflexões face à capitalização de homens e mulheres africano(a)s e descendentes, transformados em “mercadoria valorizada”, para citar o título de um dos capítulos do livro da Kátia Mattoso de forma que não continue em contínua ratificação da violência já posta no próprio arquivo?

Em “Vênus em dois atos”, de Saidiya Hartman (2008; 2020), a autora nos alerta da impossibilidade de reparação, via escrita da História, dessas vidas em volta das múltiplas violências, quer dizer, a História - isto é, a historiografia - tem o objetivo de ser compromissado com as evidências encontradas nos arquivos, e, assim, trazer à tona um acontecimento verídico, em última instância, um fato. Nesse sentido, buscar dimensionar a vida de sujeitos escravizados, portanto, é se deparar com a *dupla violência*: a violência cotidiana que cercaram esses sujeitos e a violência arquivística, que traz consigo ausências sobre a vida íntima desses sujeitos. O historiador, enquanto tecelão do passado, tem-se, pois, que escrever sua narrativa histórica, ancorado nos documentos que se mostram disponíveis para o empreendimento. Nessa esteira, por meio dos valores monetários, buscarei tentar interpretá-los, a fim de dimensionar seus significados. Início.

Muitas variáveis condicionou os valores finais dos escravizados: “sexo, idade, estado de saúde e qualificação profissional” (Mattoso, 2016, p. 106), por exemplo, no que concerne às variáveis mais “estáticas” que resultaram um valor final. No início do século XIX, os preços de um escravizado giravam entre 50.000 mil réis a 200.000 réis, já os de uma escravizada giravam em torno de 100.000 réis. (Mattoso, 2016, p. 108). Nesse sentido, ao verificar na documentação que disponho, posso constatar preços semelhantes, constando somente um caso ou outro que contradiz a norma, por exemplo, no que circunscreve às escravizadas do plantel do Ajudante José Ferreira da Costa que excederem o padrão, “*Juliana de nação Angola [...] de idade de vinte e oito anos [...] avaliada pelo louvador em cento e vinte mil réis (120\$000)*”, bem como a escravizada “*Ingracia de vinte sete anos [...] avaliado pelo louvador em cento e trinta mil réis (130\$000)*”, são os nomes de escravizadas inventariadas. Apenas essas duas mulheres escravizadas tiveram seus preços, avaliados pelos

louvadores, como acima da média afirmada por Mattoso para a década inicial do século XIX. Outras mulheres escravizadas como “*Teresa de nação Angola [...] de idade de trinta e seis anos [...] avaliado pelo louvador em cem mil réis (100\$000); Felizarda crioula [...] de idade de onze anos [...] avaliada pelo louvador em setenta mil réis (70\$000); Rita crioula [...] de idade de seis anos [...] avaliada pelo louvador em sessenta mil réis (60\$000); Justina crioula [...] de idade de cinco anos [...] avaliada pelo louvador em cinquenta mil réis (50\$000); Rufina crioula [...] de idade de dois anos [...] avaliada pelo louvador em quarenta mil réis (40\$000); Josefa crioula [...] de idade de oito anos [...] avaliada pelo louvador em setenta mil réis (70\$000); Joaquina crioula [...] de idade de dois anos [...] avaliada pelo louvador em quarenta mil réis (40\$000); Maria Angola de idade de cinquenta anos [...] avaliada pelo louvador em cinquenta mil réis (50\$000); Agostinha de nação Mina de idade de setenta anos [...] avaliada pelo louvador em quarenta e cinco mil réis (45\$000); Feliciano crioula [...] de idade de oitos anos [...] avaliada pelo louvador em quarenta e cinco mil réis (45\$000) e Aguida crioula de idade de quatro anos [...] avaliada pelo louvador em quarenta mil réis (40\$000)*”, compuseram o plantel do patriarca dos “Ferreira da Costa”. Essas mulheres, que fiz questão de nomeá-las uma por uma, que viveram sob o jugo do cativo e todo o horror que era intrínseco à essa condição, tiveram o pouco de suas vidas informadas no arquivo somente durante a bruta condição imediata de avaliá-las, em última instância, no momento de avaliação de quanto vale suas vidas naquele momento da feitura do inventário *post-mortem*.

Os preços das escravizadas, inegavelmente, modificaram-se à medida que elas deixavam de ser meninas para serem mulheres adultas, quer dizer, não obstante a chegada de idade ideal para constituir-se enquanto mulheres fisicamente mais aptas para trabalhos mais pesados e, também, evidentemente, para a reprodução na economia escravista. Na América Portuguesa, um filho(a) que nasceu de uma mãe escravizada, tornaria-se indubitavelmente propriedade do senhor de sua mãe, sob o princípio romano de *Partus sequitur ventrem* (Sousa, 2021), princípio este que legitima a escravidão racial, aumentando assim seu plantel sem precisar investimento do seu capital na compra. A historiadora Beatriz Nascimento, já nos alertava, em texto de 1976, que a figura da mulher escravizada, não obstante os demasiados trabalhos realizado no cotidiano da escravidão, era lida naquela sociedade escravista enquanto “mãe em potencial de novos escravos, ela tinha a função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro”, bem como, afirma a historiadora, voltando-se a capacidade reprodutora da mulher escravizada, que a mesma “reveste de uma tradição como elemento produtor nesse período da história do Brasil, sendo, juntamente com

o seu correspondente masculino, o suporte para a instituição escravocrata”, portanto, “recai sobre ela o peso da dominação senhorial” (Nascimento, 2021, p. 56-57)

Portanto, quando dimensionei o valor de cento e vinte mil réis (120\$000) na avaliação de Juliana de nação Angola e os cento e trinta mil réis (130\$000) na avaliação de Ingracia, posso, com segurança, afirmar que esses números informam o alto grau de valiosidade das mesmas, afinal, ambas se encontrava-se em uma idade na qual se achavam em bom estado físico e perfeito estado de reprodução. Tal constatação informa como o gênero fora uma condicionante que implicou muito em seu valor final.

Não obstante, ao refletir sobre os preços das escravizadas Felizarda, Rita, Justina e Rufina, todas filhas do casal Manoel e Teresa, ambos de nação Angola, notei os preços mais reduzidas, em vista de ainda não serem escravizadas em condições de exercer o árduo trabalho e a plena condição de reprodução. Notei também, relativo à avaliação, que entre a idade de Felizarda e Rufina, isto é, uma diferença de nove anos, o preço pouco teve diferença, sendo trinta mil réis (30\$000) de diferença. Não consigo desviar do pensamento de que, ao tentar interpretar a avaliação dos louvadores que, em boa medida, representavam o pensamento escravista de então, uma escravizada de onze anos (Felizarda) ainda não demonstrava ter muita serventia ao seu senhor, quase equiparável à um bebê de dois anos (Rufina), afinal, a garota Felizarda ainda não estava em condições plenas de gerar vidas em seu ventre, para aumentar o plantel de seu senhor.

A idade e seu estado de saúde, inegavelmente, mostravam-se condicionantes acentuadas para uma avaliação final dos preços dos escravizados. Ao dispor uma atenção à idade notei como um escravizado ou escravizada em idade adulta, condicionou melhores preços em sua avaliação, da mesma forma, ao verificar preços dos cativos em idades mais avançadas, mesmo com bom estado de saúde, notei um preço mais diminuto, afinal, o escravizado na segunda condição não se encontrava em plena capacitação de exercer a árdua exigência de trabalho que o sistema escravista demandava. Nesse sentido, ao observar minha documentação, identifiquei cinco escravizados em idade adulta, isto é, com plena capacitação ao trabalho, no entanto, somente três foram avaliados em elevadas quantias de réis e um em quantidade ínfima. O escravizado *Vitório crioulo de idade de trinta e dois anos [...] avaliado pelo louvador em cento e cinquenta mil réis (150\$000); Leandro crioulo de idade de dezoito anos [...] avaliado pelo louvador em cento e cinquenta mil réis (150\$000); e Mathias de nação Angola de idade de vinte e cinco anos [...] avaliado pelo louvador em cento e sessenta mil réis (160\$000); e Raymundo crioulo, ofício de sapateiro, de idade de vinte e sete anos [...] aleijado de um braço e de um pé avaliado pelo louvador em vinte e cinco mil réis*

(25\$000). O quinto escravizado do plantel do Ajudante José Ferreira da Costa, Antônio, crioulo, será comentado em parágrafo exclusivo para ele. Concernente às escravizadas, foram identificadas três: Juliana, Ingracia e Teresa, as quais já as mencionei anteriormente.

Ao mesmo tempo que possuíam sujeitos cativos e cativas compreendidos pela época de então como adultos, pude observar na documentação a presença de sujeitos em idade já avançada, mostrando um perfil heterogêneo de cativos no plantel do patriarca dos “Ferreira da Costa”. Concernente aos escravizados, encontrei oito sujeitos cativos à qual pode ser enquadrados no grupo de idades avançadas: *Manoel de nação Angola, ferreiro, [...] de idade de cinquenta anos [...] avaliado pelo louvador em oitenta mil réis (80\$000); João de nação Angola, aleijado de um pé e quebrado de uma virilha, [...] de idade de quarenta e dois anos [...] avaliado pelo louvador em quarenta mil réis (40\$000); Antônio de nação Angola de idade de quarenta e quatro anos [...] avaliado pelo louvador em cem mil réis (100\$000); Luis de nação Mina de idade de sessenta anos [...] avaliado pelo louvador em sessenta mil réis (60\$000); Miguel de nação Angola de idade de cinquenta e seis anos [...] avaliado pelo louvador em oitenta mil réis (80\$000); João crioulo de idade de quarenta anos [...] avaliado pelo louvador em oitenta mil réis, é quebrado de uma virilha (80\$000); Pedro de nação Angola de idade de cinquenta e dois anos [...] doente de um joelho avaliado pelo louvador em vinte e cinco mil réis (25\$000); e mais um mulato por nome Joaquim de idade de setenta anos [...] avaliado pelo louvador a cinquenta mil réis (50\$000)*. Este último saiu alforriado no testamento. Concernente às escravizadas, encontrei duas: Maria de nação Angola e Agostinha de nação Mina, ambas já citadas acima. E, claro, por último, os escravizados e escravizadas que enquadraram-se no grupo de pouca idade, no qual somou-se quatorze: Felizarda, Rita, Justina, Rufina, Josefa, Joaquina, Feliciano, Aguida, as quais já citei nomeadamente, bem como *Joaquim crioulo [...] de idade de um ano [...] avaliado pelo louvador em trinta e seis mil réis (36\$000); Francisco crioulo [...] de idade de doze anos [...] avaliado pelo louvador em cem mil réis (100\$000); Simão crioulo [...] de idade de oito anos [...] avaliado pelo louvador em oitenta mil réis (80\$000); Vicente crioulo [...] de idade de sete anos [...] avaliado pelo louvador em cinquenta mil réis; José crioulo de idade de onze anos [...] avaliado pelo louvador em oitenta mil réis (80\$000); e Lourenço crioulo de idade de doze anos [...] avaliado pelo louvador em noventa mil réis (90\$000)*.

Pude analisar, com efeito, sobretudo voltando-me aos sujeitos que enquadraram-se no grupo de pouca idade, quanto o plantel do Ajudante José Ferreira da Costa era composto por diversas famílias escravas, o que, pensando o cotidiano a quais eram vivenciados por todos esses sujeitos que fiz questão de trazer nomeadamente, era uma alternativa radical de

resistência, afinal, a sobrevivência no cativeiro pressupõe algum modo de afetividade, contrapondo, assim, a precariedade da experiência na escravidão (Slenes, 2012).

Como foi possível ver ao longo dos escravizados e escravizadas, por mim apresentados, alguns tiveram valores muito diminutos durante suas avaliações pelos louvadores, consequência pelo condicionante que é o estado de saúde em que esses sujeitos se encontravam. Nesse sentido, no plantel do Ajudante José Ferreira da Costa, era composto por quatro escravizados que se encontravam em estado de saúde precário: o escravizado João, de nação Angola, era aleijado de um pé e quebrado de uma virilha; o escravizado João, crioulo, é quebrado de uma virilha; o escravizado Pedro, de nação Angola, era doente de um joelho; e o escravizado Raymundo, crioulo, era aleijado de um braço e um pé. Vejamos, com efeito, como o estado de saúde era de suma importância a ser levado em consideração, pelos louvadores, durante a avaliação dos cativos. O primeiro, João, Angola, tinha de idade na feitura do inventário, quarenta e dois anos, mas, em vista do seu estado de saúde, foi avaliado apenas em quarenta mil réis (40\$000), preço bem distante de Antônio, de nação Angola, de idade de quarenta de quatro, avaliado em cem mil réis (100\$000); de Luís, de nação Mina, de idade de sessenta anos, avaliado em sessenta mil réis (60\$000); de Miguel, de nação Angola, de idade de cinquenta e seis anos, avaliado em oitenta mil réis (80\$000); e Joaquim, mulato, de setenta anos, que foi avaliado em cinquenta mil réis (50\$000). Percebe-se que escravizados com idades semelhantes ou superiores, foram avaliados em preços mais elevados, apenas pela questão do estado de saúde.

Mas, analisando os escravizados em idade de plena capacitação de trabalho, o escravizado Raymundo, crioulo, de idade de vinte e sete anos, foi avaliado em vinte e cinco mil réis (25\$000). Ao lembrar escravizados como Vitorio, Leandro e Mathias, os quais foram avaliados, para os dois primeiros, em cento e cinquenta mil réis (150\$000) e o último em cento e sessenta mil réis (160\$000), possuindo todos, na feitura do documento, idades semelhantes a de Raymundo.

Por fim, no que concerne aos fatores “estáticos” que venho trabalhando aqui, em busca de dimensionar os valores monetários atribuídos aos escravizados, falta-me a tarefa de analisar o que foi denominado de qualificação profissional, em outras palavras, era algum ofício especializado a qual alguns escravizados exerciam. Na escravaria do patriarca, encontrei dois escravizados que exerciam ofícios especializados, sendo Manoel, de nação Angola, cujo era ferreiro; e Raymundo, crioulo, cujo era sapateiro. Inclusive, em relação a este último, cujo foi avaliado em vinte e cinco mil réis (25\$000), preço este que ousou dizer existir, por motivos do mesmo ser, por ofício, sapateiro. Igualmente à Manoel, cujo foi

avaliado em oitenta mil réis (80\$000), mesmo com seus já cinquenta anos, devido ao seu ofício especializado. Nessa esteira, pode-se perceber como a qualificação profissional influenciava os preços nas avaliações, relegando alguns preços aos escravizados já em idades avançadas, ou salvaguardando outros com condições de precário estado de saúde. Enfim, poderia continuar exemplificando, mas para o esforço retórico da demonstração de como os preços dos escravizados oscilavam diante de alguns condicionantes, creio que já basta.

Não obstante os fatores “estáticos” que condicionaram certos preços aos escravizados, existiu um fator que se mostrou importante igual, na avaliação, durante todo o período que vigorou a escravidão moderna, isto é, as quais aqui irei denominar de “atitudes” a qual muitos escravizados eram taxados na descrição no inventário de propriedade. O parágrafo a seguir, é destinado a trabalhar esse fator.

Destino este momento desta seção para escrever sobre um escravizado em particular da escravaria do Ajudante José Ferreira da Costa, que foi *Antônio crioulo de idade de vinte e cinco anos [...] avaliado pelo louvador em oitenta mil réis*. À todos os escravizados aos quais citei no meu trabalho, que foi constatado com idade semelhante, à exceção de Raymundo, foram avaliados em preços elevados. Antônio não foi descrito, pelos louvadores, como possuidor de algum precário estado de saúde, mas sim enquanto um escravizado “*muito fujão*”. Ao observar no documento em que ele aparece, o inventário *post-mortem*, é perceptível que sua aparição encontra-se em outra seção do próprio arquivo, quer dizer, enquanto os outros escravizados apareceram no que é a seção intitulada “*Escravos*”, o referido escravizado “*muito fujão*” só apareceu na seção “*Escravos mais bens móveis*”, o que me faz especular de que, no presente momento da feitura da seção “*Escravos*”, o mesmo estava fugido. De toda forma, no que se refere à Antônio, esse dito crioulo e “*muito fujão*”, é possível considerar que essa taxação, escrita pelos louvadores, foi atribuída a um sujeito que constantemente resistiu à condição em que encontrava-se, isto é, da condição de um homem sob o jugo do cativo, em última instância, como um escravizado de seu proprietário. Para onde ele tentava fugir? Tinha um destino certo? Talvez um quilombo? Talvez para onde estava sua família? Como era sua relação com o patriarca e os “Ferreira da Costa”? Apanhava muito após as tentativas falhas de fuga? Como é o rosto de Antônio? Quem eram seus pais? São tantas perguntas, e quase nenhuma resposta. O pouco que eu sei sobre o Ajudante José Ferreira da Costa é o suficiente para eu escrever um trabalho sobre sua vida pessoal e material. O muito que eu sei sobre Antônio - e os demais de sua escravaria - não é o suficiente para eu escrever sobre quase nada. Sei, com toda certeza, que os oitenta mil réis (80\$000) avaliados para Antônio, durante meu encontro com o arquivo por mim utilizado,

muito me mobilizou a realizar essa reflexão dos significados dos valores de cada escravizado.

Tabela 4 - Identidade étnica da escravaria do Ajudante José Ferreira da Costa

	Homens	Mulheres
Angola	06	04
Mina	01	01
Crioulo	12	08
Mulato	01	—
Total	20	13

Fonte: TJMG. CRPM. Inventário *post-mortem* (1807).

CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, após o percorrido de demasiados caminhos, tomo como realizada a história-problema, herdeira da tradição dos Annales, que orientou a construção desta pesquisa: “quais as faces econômicas que se mostravam presentes nas duas unidades produtivas, isto é, as fazendas São Bartholomeu e Tabúa, pertencentes ao Ajudante José Ferreira da Costa”. Problema simples, mas que carrega várias camadas para interpretar o arquivo que utilizei, afinal, com uma série de interrogações dirigidas ao inventário *post-mortem* e ao testamento do referido proprietário, pude melhor compreender as “faces econômicas” que, espero que evidente, não representa uma pergunta que me direciona apenas à análise da riqueza material do Ajudante José Ferreira da Costa, embora parte essencial deste trabalho. Não obstante, ao voltar-se ao título do trabalho, “*Entre o gado e o engenho: economia na fazenda de São Bartholomeu e Tabúa (1797-1807)*”, utilizo um jogo de palavras para implicitamente evidenciar uma face da economia que fica entre o gado e o engenho, isto é, a escravidão. A análise, por meio da economia, acerca da escravaria do proprietário das fazendas, recaiu para uma dimensão analítica que buscou não somente realizar uma equação friamente econômica do valor desses atores sociais, mas, sobretudo, de observar com atenção os números atribuídos aos escravizados pelos louvadores na avaliação de bens móveis, em busca de dimensionar os significados desses números, com vistas a ampliar a compreensão das experiências vividas por cativos e cativas.

Nesse sentido, concernente ao que se produzia e criava nas fazendas, pude verificar que tanto na fazenda de São Bartholomeu como na fazenda da Tabúa, havia terras destinadas à agricultura e à criação de bovinos e equinos, configurando-as enquanto fazendas de gado *vacum* e cavalares. Pude observar, pensando no macro, que ambas as unidades produtivas, sob comando do Ajudante José Ferreira da Costa, enquadraram-se na lógica da economia sertaneja, quer dizer, como disse Anthony Jhon R. Russell-Wood (2021, p. 281): “se existisse um único tipo a ser associado ao sertão, esse seria constituído pelos poderosos do sertão, homens influentes do interior cujo capital residia essencialmente no gado”. Ora, é evidente que, se talvez o Ajudante José Ferreira da Costa não fosse um potentado rebelde - precisaria de fontes primárias para argumentar ao contrário -, é indiscutível a afirmação sobre seu rebanho de gados *vacum* figurar como a máxima do seu capital, afinal, como se pode observar na tabela, na página 56, 70,5% de seu capital é somente gados e equinos.

Concernente ao seu plantel de cativos, composta, ao todo, por trinta e três cativos,

mostrou-se uma escravaria com um perfil muito heterogêneo, sendo compostos de escravizados e escravizadas de diversas idades, de bebê até o idoso; de cativos que exerciam trabalhos especializados, de cativos com precários estados de saúde. Como já explicitado no texto, a escravaria do Ajudante José Ferreira da Costa era composta de diversas famílias de escravizados, o que vale refletir mais detidamente em trabalho futuro sobre esse perfil aparente. Composto por um escravizado, Antônio, que foi descrito como “*muito fujão*” pelos louvadores, indicando outras formas de resistência que não por meio das famílias. Independente da forma pelos quais esses escravizados optaram de forma de resistência, pode-se perceber, utilizando de conceitos historiográficos, o que a nova historiografia social denominou de “agência escrava”, isto é, as ações dos escravizados. Nesse sentido, é perceptível, ao seu modo, como os cativos do Ajudante José Ferreira da Costa negavam a experiência da escravidão como elemento definidor, por completo de suas vidas.

Por fim, é possível constatar que na fazenda São Bartholomeu e fazenda Tabúa, concentraram demasiada riqueza e complexas relações sociais entre os atores sociais que outrora viveram seu cotidiano, por léguas e léguas de terras adentro.

REFERÊNCIA

AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

AMANTINO, Marcia. Sertões, índios e quilombolas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 50, n. 1, p. 92-109, 2014.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas**. Editora ufmg, 2005.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos Rebeldes: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2012

ÂNGELIS, Newton de. Efemérides Riopardenses–1698-1972. **Rio Pardo de Minas: s/e**, 1998.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, 2011.

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em**, v. 500, p. 47-91, 2000.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia**. Editora Itatiaia, 1984.

BOTELHO, Angela Vianna; ANASTASIA, Carla. **D. Maria da Cruz e a Sedição de 1736**. Autêntica Editora, 2024.

CARTA geographica da Capitania de Minas Geraes, e partes confinantes. [*S.l.: s.n.*], 1767. 1 mapa, manuscrito, color. à mão, tinta ferrogálica e nanquim. Escala [ca. 1:800.000]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimiahistoricamineira/index.php/carta-geografica-da-capitania-de-minas-geraes-e-partes-confinantes-escala-ca-1-800-000-anno-de-1767-1-mapa-ms-color-a-mao-tinta-ferrogalica-e-nanquim-1683-cm-x-124/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

CERQUEIRA, Adriano Sérgio Lopes da Gama. A validade do conceito de cultura política. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/MG*, 10., 1996. Anais [...]. Tema: Minas, trezentos anos: um balanço historiográfico. LPH: **Revista de História**, Mariana, n. 6, p. 79-86, 1996.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **O sertão do Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Território das minas na colonização portuguesa: contato entre culturas e ocupação. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., 2005,

Londrina. **Anais** [...]. Londrina: ANPUH, 2005.

COTRIM, Dário Teixeira. **O Distrito de Paz do Gentio e a história sucinta de sua decadência**. Belo Horizonte: Editora Plurarts, 1997.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2023.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1997.

DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Cortez editora, 2021.

DELGADO, Joaquim Quaresma. Derrota do Rio das Contas até Minas do Araçuaí. *In*: VIANA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Bahianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 184-203.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: Séculos XVI-XVII-XVIII**. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

INVENTÁRIO *post-mortem* do Ajudante José Ferreira da Costa. 1807. Disponível em: <https://acervominasjustica.tjmg.jus.br/index.php/inventario-n-55603887>. Acesso em: 17 dez. 2025.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa - século XVIII**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009., p. 279-202.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo - séculos XVIII e XIX. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 35, p. 247-265, jul./dez. 2006.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro**, v. 34, p. 5-16, 1996.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Mercadoria valorizada. *In*: MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016, p. 90-121.

MCKITTRICK, Katherine. Mathematics black life. **The Black Scholar**, v. 44, n. 2, p. 16-28, 2014.

- MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, [S.l.], n. 4-5, 2003.
- MOTT, Luiz R. B. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 22, p. 61-78, 1979.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/MG, 10., 1996. **Anais [...]**. Tema: Minas, trezentos anos: um balanço historiográfico. **LPH: Revista de História**, Mariana, n. 6, p. 87-95, 1996.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13-37.
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021, p. 55-61.
- NEUWIED, Maximiliano de Wied. Estudo de dois botocudos. 1816. 1 aquarela sobre papel. Biblioteca Brasileira de Robert Bosch GmbH. *In*: LÖSCHNER, Renate; KIRSCHSTEIN-GAMBER, Birgit. **Viagem ao Brasil do Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied**. [S.l.: s.n.], [s.d.].
- NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do município do Rio Pardo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 13, p. 413-450, 1908.
- RAMINELLI, Ronald. Cores, Raças e Qualidades. *In*: RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 207-239.
- RÊGO, André Heráclio do. O sertão e a geografia. **Revista do instituto de estudos brasileiros**, n. 63, p. 42-66, 2016.
- ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Capitania de Minas Geraes**. [S.l.: s.n.], [ca. 1790]. Disponível em: https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1550. Acesso em: 14 dez. 2025.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fronteiras do Brasil colonial. *In*: RUSSELL-WOOD. **Histórias do Atlântico português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 279-302.
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Os relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 689-706, jul./dez. 2008.
- SHARPE, Christina. **No vestígio**: negridade e existência. Trad. Jess Oliveira. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- SOUSA, Caroline Passarini. **Partus sequitur ventrem**: reprodução e maternidade no estabelecimento da escravidão e abolição nas Américas até a primeira metade do século XIX. 2021. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito**: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, Coimbra, v. 19, p. 225-245, 2019.